

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém parte de autuação bilionária da Petrobras..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Americanas derruba no Carf cobrança por fraude em importação..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Problema da arrecadação vai além de petróleo e câmbio - CLAUDIA SAFATLE..... 7

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda como o envelhecimento da população brasileira afeta saúde, economia e previdência (inss) 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer acelerar o trâmite da tributária..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Sabíamos que haveria exceções na reforma"..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: governo estima maior alta de arrecadação..... 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inclusão de idosos no mercado de trabalho..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O custo político da reforma possível (Editorial)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Analistas criticam volume de exceções..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas se dividem entre "texto possível" e temor de mais concessões..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Minério e petróleo reagem a "imposto do pecado"..... 26

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior (Editorial)..... 27

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Troca na Caixa dá 70% do apoio de Republicanos e PP..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira vai se reunir com Haddad para discutir projetos econômicos 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que vai priorizar agenda do governo 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo topou "o primeiro beijo", diz relator 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad pede votação de MP que tributa subvenções 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga vê espaço para aumentar o FNDR em mais R\$ 15 bilhões 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado (Editorial) 39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adam Smith, tributação e cashback (Artigo) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Era melhor ter menos exceções, mas parecer do Senado é avanço, diz Appy 43

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar cai a R\$ 4,94 após dados de inflação nos Estados Unidos 47

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: senadores afirmam que controle de exceções é de responsabilidade do governo 48

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: governadores do Centro-Oeste protestam contra modelo de Fundo Regional 50

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Longe do ideal, reforma tributária é melhoria substancial 51

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxar grandes fortunas pode ser uma medida antirracista 54

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária classifica o Brasil como 'aluno nota 5' 56

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação das offshores surpreende pela demora - CÉSAR FELÍCIO 57

Sexta-Feira, 27 de Outubro de 2023

RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Miriam Leitão: "Governo precisa negociar com firmeza para não ter reforma tributária com mais exceções do que regras".....

59

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem o RRF, débito adicional é inferior à renúncia fiscal.....

60

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB dos EUA cresce 4,9% no 3º tri, a maior alta desde 2021.....

63

Carf mantém parte de autuação bilionária da Petrobras

Beatriz Olivon

A Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** manteve parte de uma autuação bilionária recebida pela Petrobras, por falta de recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. O valor mantido é estimado em cerca de R\$ 870 milhões.

A empresa foi autuada em R\$ 1,6 bilhão e parte da cobrança já foi levada ao Judiciário. A discussão, realizada na 2ª Turma, envolve a dedução de despesas com a Petros, a Fundação Petrobras de **Seguridade Social**. A Petrobras alega que os desembolsos foram necessários e se relacionam com as suas atividades. Por isso, seriam dedutíveis.

O valor discutido na Justiça é de cerca de R\$ 775 milhões, segundo indicado pela empresa em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O restante do débito foi analisado no **Carf**. Com a manutenção, por sete votos a um, a empresa ainda pode recorrer ao Judiciário ou pedir esclarecimentos aos conselheiros - por meio de embargos de declaração.

A autuação se refere ao ano de 2007. A Receita considerou indedutível aporte financeiro feito pela Petrobras em contrapartida à aceitação da repactuação do Plano Petros. A transferência foi de cerca de R\$ 500 milhões.

Para a fiscalização, a quantia não é dedutível porque foi repassada "por mera liberalidade", de forma espontânea e gratuita, não foi compulsória, imposta e tampouco era relacionada às atividades normais da empresa.

Em sustentação oral, a procuradora Patrícia Amorim, da Fazenda Nacional, afirmou que, apesar de várias indicações na autuação, o recurso em análise pela Câmara Superior trata apenas de um ponto: as despesas com plano de previdência privada. Todo o valor que foi pago como **previdência complementar**, acrescentou, foi indicado como despesa pela empresa.

Ainda segundo a procuradora, a companhia foi chamada para esclarecer quais valores seriam referentes a ativos e a inativos, mas não fez a segregação. Por isso, a fiscalização desconsiderou

todos os valores com base no artigo 13 da Lei nº 9.249, de 1995.

Já o advogado da empresa, João Maria de Medeiros, disse, também em sustentação oral, que tratavam-se de contribuições normais e dedutíveis, independentemente do momento de aposentadoria de cada empregado. "Estamos falando de uma contribuição regular", afirmou.

No começo dos anos 2000, foi verificado que o Petros seria insustentável a médio e longo prazo, por ter mais custo com benefícios do que reserva de capital, o que gerou a necessidade de reequilíbrio, segundo o advogado. Isso se deu, acrescentou, por meio de repactuação de cláusulas com os beneficiários e o saneamento do déficit.

O sindicato dos trabalhadores chegou a propor ação civil pública contra a empresa. Em acordo, a Petrobras aceitou condições como o pagamento de incentivos para os inativos aderirem à repactuação e um aporte unilateral para reequilibrar o plano. "A Petrobras não considerou isso como exceção, mas como despesa operacional e, por isso, foi autuada", afirmou o advogado.

Em seu voto, o relator, conselheiro Marcelo Milton da Silva Rizzo, da representação dos contribuintes, negou o pedido da Fazenda. O julgador afirmou que o aposentado de hoje foi empregado ontem e, por isso, o pagamento deveria ser considerado como despesa.

Mas para os demais conselheiros seria necessário haver a separação entre o aporte para os ativos e para os inativos. "A impressão que eu tenho é que o modus operandi foi mudando ao longo do tempo para se valer de despesa, pagando a inativo ou via Petros, mas me parece indedutível", disse o conselheiro Maurício Nogueira Righetti, da representação da Fazenda (processo nº 16682.721161/2011-18).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1>

Americanas derruba no Carf cobrança por fraude em importação



A Lojas Americanas conseguiu, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, derrubar autuação fiscal no valor de R\$ 290 milhões, que apontava fraude em importação de produtos. A decisão, por maioria de votos, foi dada nesta semana pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. Cabe recurso.

Os conselheiros consideraram válida importação realizada por meio de intermediário. No caso, as compras foram feitas por uma distribuidora, que não faz parte do grupo da Americanas (processo nº 15444.720106/2018-19).

Em sua defesa, a companhia alegou que o modelo foi adotado por facilitar suas operações. A distribuidora armazenava as mercadorias importadas e depois as repassava para distribuição no país. Mas a **Receita Federal** questionou o modelo adotado, que foi considerado "interposição fraudulenta" - ocultação do real adquirente.

O modelo é chamado de "encomendante do encomendante", segundo o advogado da empresa no caso, Carlos Henrique Bechara, sócio do escritório Pinheiro Neto e professor na PUC-RJ. A empresa, disse, conseguiu derrubar três autuações similares em turma do **Carf**. Uma foi mantida, acrescentou, e outras ainda estão em discussão.

"Nada foi ocultado. Todos os **tributos** foram pagos e com essa estrutura a empresa pagou mais tributo", afirmou o advogado. Nesse modelo, explicou, há cobrança de PIS e Cofins na distribuição de uma empresa para outra, o que não ocorreria se fosse feita a compra direta, como a empresa passou a atuar depois de receber muitas autuações.

"São autuações grandes porque são muitas mercadorias." No **Carf**, a decisão considerou a Solução de Consulta Cosit nº 158, de 2021. Nela, a **Receita Federal** afirma que a lei não veda o modelo de "encomendante do encomendante". A presença de um terceiro envolvido - o encomendante do encomendante predeterminado -, de acordo com a norma, não descaracteriza a operação de importação por encomenda, e, portanto, não é obrigatório que seja informada na Declaração de Importação, desde que as relações estabelecidas entre os envolvidos na importação indireta representem transações efetivas de compra e venda de mercadorias.

"A ocorrência de relações comerciais autênticas com terceiros, nos casos de importação por encomenda, por si só, não caracteriza ocultação do real comprador mediante fraude, simulação ou interposição fraudulenta", diz a solução de consulta.

O precedente é importante, segundo o tributarista Júlio César Soares, sócio da Advocacia Dias de Souza, que assistiu o julgamento.

"As acusações envolvendo interposição fraudulenta mediante suposta ocultação do real encomendante ignoram etapas do negócio que, na maioria das vezes, ocorre em território nacional e não se relacionam ao comércio internacional em si", afirma.

Ainda segundo Soares, a solução de consulta deixa claro que o importante é que as relações estabelecidas entre os envolvidos na importação indireta representem transações efetivas de compra e venda de mercadorias. "Pouco importa se as partes são relacionadas. O importante é a comprovação da origem, bem como a aferição quanto à disponibilidade e transferência dos recursos utilizados. Ocorrendo operações reais e legítimas, a figura do encomendante do encomendante não é um problema." Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que os casos envolvendo acusação de interposição

fraudulenta geralmente dependem da análise de dados e fatos concretos. Por isso, acrescenta, a avaliação sobre o cabimento de recurso para a Câmara Superior do **Carf** - última instância do órgão - só será possível após o exame do acórdão.

Apesar de depender do caso concreto, a PGFN destaca que é possível recorrer em processos que tratem de "interposição fraudulenta na importação", por haver precedente favorável à Fazenda Nacional na 3ª Turma da Câmara Superior. (BO)

"Nada foi ocultado.

Todos os **tributos** foram pagos pela empresa" Carlos H. Bechara

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1§ion=1)**

Problema da arrecadação vai além de petróleo e câmbio - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

A arrecadação das receitas federais chegou em setembro a R\$ 174,3 bilhões, valor que representou uma queda real de 0,34% em relação a setembro de 2022 e, de janeiro a setembro, houve uma retração de 0,78%, quando a arrecadação atingiu R\$ 1,69 trilhão. Embora o período coincida com o de uma muito provável desaceleração da economia, a **Receita Federal do Brasil** ainda não atribui a contração da arrecadação de **impostos** à baixa do nível da atividade.

Como as receitas administradas pela **RFB** apresentaram crescimento real de 0,19% em setembro e de 0,64% entre janeiro e setembro, deflacionados pelo IPCA, no conceito das receitas federais, a retração se explicaria mais pelas condições externas, seja pela taxa de câmbio, seja pelo preço do barril de petróleo. Destaca-se que a **RFB** não analisa essas receitas por não serem administradas por ela, explicam os técnicos.

É verdade que uma parte da retração das receitas decorre da apreciação da taxa de câmbio e da queda dos preços do petróleo, mas isso não explica tudo. Para ter uma ideia do tamanho do tombo na arrecadação, a receita primária total do governo central teve uma queda de R\$ 94 bilhões no ano até agosto, recuo de 5,8%.

Havia sido de R\$ 1,63 trilhão em igual período do ano passado e caiu para R\$ 1,54 trilhão neste ano, até agosto. Até setembro o tombo nas receitas passa facilmente de R\$ 100 bilhões.

Subestima-se, por exemplo, a queda de R\$ 38 bilhões das receitas de concessões e permissões, que atingiram R\$ 44 bilhões no ano passado, até agosto. Como o governo de Luiz Inácio Lula da Silva é contra as privatizações, em igual período deste ano as receitas de concessões não passaram de R\$ 6 bilhões. E, até agosto, teve uma queda, também, de R\$ 21 bilhões na exploração de recursos naturais. A situação só não está pior porque houve uma retomada da formalização no mercado de trabalho, mas o que se ganhou com essa formalização se perdeu em receita com os **tributos**.

Segundo Lívio Ribeiro, pesquisador associado do FGV

Ibre e sócio da BRCG, empresa de consultoria econômica, todas as empresas classificadas nas CNAEs (classificação nacional de atividade econômica) estão sofrendo queda de arrecadação.

As de extração de minerais metálicos encabeçam a lista dessas companhias, com queda de 61,23% no recolhimento de **tributos**. Isso equivale a uma perda de arrecadação de R\$ 21,1 bilhões entre janeiro e setembro, comparado a igual período do ano passado.

Combustíveis vêm em segundo lugar, com queda de arrecadação de 22,83%, o que corresponde a uma perda de R\$ 18,5 bilhões. O setor de metalurgia vem logo em depois, seguido da fabricação de produtos químicos, comércio atacadista e administração pública, defesa e **seguridade social**.

Segundo Ribeiro, as mudanças na tributação também passam para os governos subnacionais. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal imposto da alçada dos Estados, que incide sobre a energia está em queda de 25% e, sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes, o recuo é de 16%.

Os dados de desoneração tributária, até setembro, são também relevantes e não se confundem com os gastos tributários, embora haja algumas desonerações que, segundo técnicos do Fisco, sejam classificadas como gastos tributários. No entanto, são conjuntos de informações distintos que possuem objetivos diferentes - o das desonerações constantes da apresentação dos dados de setembro procuram enfatizar, num corte temporal mais restrito, aquelas que possuem maior impacto na arrecadação do ano corrente.

Elas perfazem um total de desonerações de R\$ 104,39 bilhões neste ano até o mês passado, em comparação com R\$ 83,51 bilhões no mesmo período do ano passado.

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras E-mail claudia.safatle@valor.com.br

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187698?page=1§ion=1>

Entenda como o envelhecimento da população brasileira afeta saúde, economia e previdência (inss)

Clayton Castelani

O Brasil está à beira de um rápido processo de envelhecimento. Se nos anos 1990 o maior grupo populacional era composto por crianças de até 14 anos, hoje há mais gente na casa dos 35 aos 44 anos de idade. Nascimentos em baixa e aumento da longevidade explicam essa mudança, apontando também para a expectativa de que, em três décadas, grande parcela da população será composta por idosos.

Essa transição indica uma saída acelerada do chamado bônus demográfico, como é chamado o conceito que associa o aumento da renda per capita ao maior crescimento da população em idade ativa, enquanto os grupos etários economicamente dependentes, como crianças e idosos, ainda são relativamente menores.

Espera-se que ocorra aumento médio da renda por pessoa durante o bônus demográfico porque é na fase adulta que o ganho financeiro tende a ser maior do que o consumo, segundo Cássio Turra, professor de demografia do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG.

O efeito do bônus pode ser estendido para outras áreas, como aumento da arrecadação tributária, redução da pobreza, expansão da educação e do sistema público de saúde, redução da desigualdade e desenvolvimento do sistema de previdência.

"Quando o crescimento da população idosa acelera e se torna maior do que da população em idade ativa, muitos desses efeitos positivos tendem a diminuir", diz Turra.

No Brasil, o bônus demográfico teve início por volta de 1970 e durou por 50 anos, até o início desta década.

Alguns dos benefícios desse bônus se manifestaram na redução da pobreza, construção de um sistema quase universal de previdência e maior cobertura do sistema de educação pública.

Práticas bem-sucedidas na saúde pública, por

exemplo, resultaram no aumento da expectativa de sobrevida, indicando que o país acertou ao melhorar questões como acesso a vacinas e tratamentos médicos.

"Por outro lado, em uma sociedade muito desigual e com baixa capacidade de planejamento de médio e longo prazo, como a brasileira, aproveitamos menos do que a dinâmica demográfica ofereceu nesse período", afirma Turra.

O cenário de envelhecimento acelerado acompanhado do aproveitamento do bônus demográfico abaixo do desejável é especialmente preocupante para a economia do país, segundo o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Reflexo importante ocorre no pagamento de aposentadorias e pensões. Sem crescimento da massa de salários, as contribuições feitas ao sistema de previdência são insuficientes para cobrir os gastos com benefícios. Outras fontes de arrecadação são exigidas para compensar o déficit, prejudicando investimentos do governo e o próprio crescimento do país.

"São dois problemas. O primeiro é que a velocidade do envelhecimento tem surpreendido, o país está envelhecendo rápido. O segundo é que o Brasil tem sido retardatário nas reformas para lidar com isso", diz.

Em 2019, a gestão do então presidente Jair Bolsonaro (PL) aprovou uma reforma previdenciária que impôs idades mínimas para a aposentadoria pelo **INSS**, voltada a homens e mulheres que trabalham no setor privado. Neri aponta a reforma como correta, porém, tardia.

É na educação para o mercado de trabalho, porém, onde o país mais patinou quanto ao aproveitamento do bônus, segundo Neri. Justamente por esse motivo é este ponto que deve ser foco das políticas públicas daqui por diante.

Na prática, diz Neri, o país precisa tomar como prioridade a qualificação de trabalhadores mais velhos para que esse público possa acessar postos de

trabalho qualificados, com salários mais altos.

Esforços para compensar a passagem do bônus demográfico precisam ir além da questão econômica, levando a população acima dos 60 anos para o centro das políticas públicas, segundo Alexandre Kalache, médico especializado no estudo do envelhecimento e presidente do Centro Internacional de Longevidade Brasil.

Virada de chave importante deve ocorrer, por exemplo, na saúde pública. Práticas voltadas à prevenção tendem a reduzir a demanda para procedimentos de alta complexidade, como cirurgias cardíacas.

"A pressão sobre os custos da saúde não ocorre, necessariamente, pelo envelhecimento populacional, o que custa caro é o avanço da tecnologia [devido à incorporação de novos equipamentos e medicamentos]. Questões como a hipertensão podem ser prevenidas com menor ingestão de sal e atividade física", exemplifica o médico.

Estudioso da longevidade há 48 anos, Kalache, 78, afirma que o envelhecimento segue longe de ser prioridade. "Analsei programas de 37 partidos políticos, apenas dois ou três tratavam do tema, ainda assim, de forma superficial", diz. "Como governar um país se a população que mais cresce está fora do radar."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/entenda-como-o-envelhecimento-da-populacao-brasileira-afeta-saude-economia-e-previdencia.shtml>

Governo quer acelerar o trâmite da tributária



»»Edla Lula

O governo vai propor a simplificação do rito de tramitação na votação da **reforma tributária** no Senado. Como se trata de proposta de emenda constitucional (PEC), a matéria teria que ser aprovada por três quintos dos membros da Casa, em dois turnos de votação - respeitando o tempo regimental de cinco sessões entre uma votação e outra.

Os líderes do governo acreditam que conseguirão a compreensão da oposição sobre acelerar a tramitação da matéria. Isso porque a intenção do Palácio do Planalto é que o texto siga para apreciação dos deputados até 15 de novembro, a fim de que seja promulgada em dezembro.

O relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou o parecer sobre a reforma na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas, devido a um pedido de vista coletiva, a proposição só será votada no colegiado em 7 de novembro.

O texto passará imediatamente à votação em Plenário, seguindo, depois, para a Câmara.

Isso não quer dizer, porém, que o texto a ser votado na CCJ seja exatamente o mesmo apresentado por Braga. Setores afetados pelas mudanças propostas no sistema tributário vêm deixando claras as insatisfações com o relatório elaborado pelo senador.

A Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMS), por exemplo, trabalhará para excluir da proposta o artigo 136. O trecho estabelece contribuições sobre produtos primários e semielaborados para os fundos estaduais de financiamento da infraestrutura.

Ao Correio, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ex-ministro Raul Jungmann, afirmou que os integrantes da FPMS - entre os quais seu vice-presidente, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) - articulam a supressão do artigo, que "vai na contramão de tudo o que a **reforma tributária** está propondo, como a não cumulatividade e a não incidência sobre as exportações. Está tirando competitividade de um dos principais setores de exportação do Brasil".

"Imposto do veneno" Outro dispositivo criticado por Jungmann é a incidência do imposto seletivo sobre mineração.

"Essa taxação foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde - por isso se chama "imposto do veneno". Não é aplicável à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética", advertiu.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis. A proposta estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação".

Representa que poderá alcançar vendas internas e externas, o que é visto como um contrassenso.

"O texto é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações", observa Jungmann, que também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties.

"Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões", observa.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também manifestou preocupação com alguns pontos da proposta de Braga. Entre os pontos, está a ampliação do número de setores contemplados com alíquotas reduzidas de imposto. "A ampliação das exceções implica crescimento da alíquota-padrão do IBS e CBS, prejudicando todas as atividades econômicas sujeitas ao regramento geral e, evidentemente, seus consumidores", diz trecho da nota divulgada pela CNI.

"Essa taxação foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde - por isso se chama "imposto do veneno".

Não é aplicável à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética"

Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5205/27-10-2023.html?all=1>

"Sabíamos que haveria exceções na reforma"



»DENISE ROTHENBURG »CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA »ROSANA HESSEL

»Entrevista | Fernando Haddad | Ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita que o Congresso Nacional "está vestindo a camisa do Brasil" ao aprovar medidas importantes na pauta econômica.

Um dia depois da aprovação, na Câmara, dos projetos de lei sobre taxação dos super-ricos e das empresas offshore - imediatamente após a demissão de Rita Serrano da presidência da Caixa -, Haddad vê com confiança os avanços no Legislativo. Um dos ministros mais articulados com o Congresso, Haddad se diz satisfeito com o encaminhamento da **reforma tributária** no Senado, apesar do grande número de exceções. Em entrevista ao Correio, o chefe da Fazenda afirma ser fundamental corrigir uma sucessão de erros, acumulados nos últimos 10 anos, que corroeram a base fiscal do Estado. Sem querer fazer um "cavalo de batalha" com o Banco Central, Haddad observa ainda a discrepância entre uma taxa de juros a 12,75% para uma **inflação** anual abaixo de 5%. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo conseguiu destravar a pauta econômica na Câmara, coincidência ou não, depois das mudanças no comando da Caixa. A missão foi cumprida?

Estamos um pouco longe de a missão estar cumprida, por uma série de desafios que estão colocados, internos, mas, sobretudo, externos. Houve uma deterioração do cenário internacional.

As taxas de juros norte- americanas são uma preocupação grande do mundo inteiro.

Felizmente, o Brasil não é um país endividado em dólar. Até alguns anos atrás, não se imaginava que as taxas de juros internacionais fossem chegar a esse patamar. Além disso, há uma desaceleração importante da Ásia. Isso tem reflexos, porque tem uma espécie de superprodução que está sendo desovada no mercado internacional de vários bens e serviços. Então, você tem uma produção asiática que não está sendo consumida internamente e está sendo despejada no mundo. E duas guerras. Então, é um cenário internacional muito desafiador.

E no Brasil?



Do lado doméstico, estamos tendo uma queda de arrecadação em virtude da taxa de juros. Hoje, estamos com ela em 12,75%.

Se você pegar a taxa real de juros (descontada a **inflação**) praticada no Brasil, ela está no campo da retração econômica. É contracionista.

E o terceiro trimestre virá com indicadores preocupantes.

Estamos falando de algo em torno de zero de crescimento.

Isso também preocupa, porque está afetando as receitas e acaba impactando o plano de voo que tínhamos traçado no começo do ano. Tudo isso é muito desafiador.

Há algo positivo nesse cenário?

O lado bom dessa história é que o Congresso está vestindo a camisa do Brasil e está botando a agenda para andar. Fomos muito bem-sucedidos nas votações do primeiro semestre. E o que eu disse e repito é que eu gostaria de ter um segundo semestre tão bom quanto o primeiro do ponto de vista da relação com o Congresso.

E tenho falado com o presidente (da Câmara, Arthur Lira e o presidente (do Senado, Rodrigo) Pacheco semanalmente, às vezes, diariamente.

O senhor, esta semana mesmo, teve uma reunião longa com Lira.

Foram duas horas de reunião.

Também estive com o presidente Pacheco, que também está muito solícito. Tenho falado da gravidade da situação, da necessidade de continuarmos a procurar blindagem para proteger a economia brasileira desses eventos. Tenho falado também com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Eles próprios reconhecem que a taxa de juros está contraindo a atividade econômica, e tenho levado isso ao conhecimento deles desde março. Quando estava todo mundo eufórico com o **PIB** do primeiro trimestre deste ano, eu fui uma das únicas vozes que falou: "Não vamos nos iludir, nós vamos ter um período difícil se não mudarmos a política econômica".

Que fatores contribuíram para essa situação?

Nós tivemos, em 2017, dois eventos disruptivos a que os analistas de mercado prestaram pouca atenção. O primeiro foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de retirar da base de cálculo do PIS-Cofins o ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Isso foi uma hecatombe na **Receita Federal**, que está produzindo efeitos até agora. Ontem (quarta- feira), tivemos uma perda de R\$ 3,8 bilhões na Justiça, de compensação de PIS-Cofins, de uma decisão tomada em 2017.

O segundo evento foi a derrubada do veto à Lei Complementar 160 (que tratava da cobrança de imposto de incentivos de ICMS). Aí foi o Congresso, o que causou um prejuízo de R\$ 50 bilhões ao ano. A Medida Provisória 1.185 visa reparar isso.

Não é esse o ponto que o Congresso está com dificuldade em aprovar?

Tudo tem dificuldade. O (projeto de lei que taxa) fundos exclusivos e offshore, até outro dia, não ia passar. O projeto de lei do **Carf** e a **reforma tributária**, até outro dia, não iam passar. Então, se a gente olhar para o bicho e ficar com medo, não enfrenta o bicho. O bicho está aí. E vamos explicando, conversando, porque isso é natural, isso é da democracia. A reação é natural, algo do tipo "não conheço o assunto, não quero". Aí, você vai explicando, mostra o que aconteceu, (alerta que, se não aprovar,) vai ser ruim para o Brasil. Não é a Fazenda que está em jogo, é o Brasil.

São 10 anos criando distorções no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A única coisa comum entre esses três Poderes era essa, criar distorções. Agora nós estamos no momento de conciliação dos Poderes para, justamente, rever essas distorções em proveito do desenvolvimento do país. propostas aprovadas na Câmara não ficaram exatamente como a Fazenda defendia. O senhor ficou satisfeito?

Reforma tributária, Carf, fundos, offshore, tudo isso envolve negociação, tem muitos interesses que se colocam. Temos uma cultura de rico não pagar imposto, mas isso é uma coisa histórica no Brasil, não é culpa desta legislatura ou deste governo. É algo que tem 500 anos. Então, os **impostos** sempre recaíram sobre os mais pobres. E o que nós falamos, desde o começo, é que o ajuste fiscal necessário tinha que começar pelo gasto tributário, cortando o gasto tributário. Porque são benefícios que foram dados e nunca retirados e que não trouxeram desenvolvimento para o país. Não geraram emprego, não geraram riqueza, não geraram inovação. As desigualdades só aumentaram.

Em que momento tomamos esse caminho errado?

Há 10 anos, nós estamos tomando medidas, acreditando que elas proporcionariam mais crescimento, e isso não aconteceu.

Nós tomamos o caminho errado. É preciso rever esse caminho.

Desapareceu do noticiário o compromisso com o equilíbrio das contas. E desorganizouse o Estado brasileiro, incluindo o teto de gastos, que mais desorganizou do que organizou. Criou uma panela de pressão de gastos reprimidos e, por baixo disso, desonerando **impostos**, porque, da maneira como o teto estava estabelecido, você corroía a base fiscal do Estado. A política pública no Brasil virou a corrosão da base fiscal do Estado. Então o gap, em vez de diminuir, aumentou.

É isso que acabou acontecendo.

O que tem sido feito para mudar esse quadro?

Desde dezembro do ano passado, tudo o que eu tenho feito é esclarecer à opinião pública o que aconteceu, com dados. Nós temos que rever essa estratégia de desenvolvimento. Ela está errada.

O novo marco fiscal é a combinação do que tinha de virtude na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), mas corrigindo seus defeitos, como, por exemplo, não ter mecanismos anticíclicos.

Do lado do teto de gastos, levar em consideração que uma regra de gasto é importante, mas não aquela. Aquela acabou gerando um desencontro de contas. Então, à luz da experiência internacional e dos erros cometidos no passado recente, nós procuramos apresentar um marco fiscal sustentável. E, na minha opinião, os parâmetros da medida da lei complementar estão em ordem. Mas eles têm que vir acompanhados da correção das distorções tributárias.

Quais são as correções tributárias mais urgentes?

São essas que estamos encaminhando agora. Mas não é porque uma lei vai para o Congresso que nós paramos de trabalhar e ficamos na arquibancada, aguardando a solução do problema.

A turma está trabalhando diuturnamente, desde dezembro do ano passado, mapeando os problemas.

E a **reforma tributária**? Já tem muito especialista reclamando que essa reforma está criando muitas exceções e está sendo desvirtuada.

Nós fizemos a conta do que ela implica. Sabíamos que haveria exceções. O Brasil não vai sair de um padrão onde só tem exceção - não tinha regra, portanto - para um mundo em que não há exceção. Essa migração estava mais ou menos na nossa conta. O número de

exceções está excessivo para um país que tem o sistema tributário em ordem. Para um país caótico como o Brasil, é uma transição que, inclusive, impõe no texto constitucional a obrigatoriedade de revisão das exceções a cada cinco anos, para saber se elas estão ou não produzindo os resultados pretendidos.

Então, eu creio que nós estamos no bom caminho.

Então, se aprovar do jeito que está, já é um avanço?

Eu não tenho como negar que Baleia Rossi, Aguinaldo Ribeiro, Eduardo Braga foram parceiros do país na interlocução com a Fazenda para chegar a esse resultado.

Sei de todos os constrangimentos que eles passaram.

As pressões são medonhas, enormes e de gente conhecida.

Porque a população que está lá, acordando às quatro da manhã, não vem aqui no Congresso pedir nada, né? Eu sei como funciona, vocês sabem também. Eles foram muito resilientes e republicanos na conversa conosco.

O senhor mencionou três parlamentares, nenhum deles do PT. Como avalia o trabalho do partido?

O PT está fechadíssimo. O PT não relatou, não foi escolhido, mas aí culpa não é do PT. O Rodrigo Pacheco escolheu de comum acordo o Eduardo Braga, que é uma bela figura. E o Aguinaldo já tinha sido relator da PEC 45, na legislatura anterior. Não tinha nem como eu pedir para ser outra pessoa. E não é ruim não ser do PT o relator, porque, na verdade, é um projeto de país.

O Bernard Appy sempre falava de um crescimento no **PIB** potencial de, no mínimo, 12% até 20%. Com essas mudanças, qual será o impacto da reforma?

Tem um conjunto grande de exceções, e elas terão que ser revistas ao longo dos anos, mas eu acredito que não chegaram a comprometer o que se espera dessa reforma, que é criar um ambiente de negócios muito mais favorável. Ela é necessária para aumentar os investimentos no Brasil.

O senhor acha que pode ser mais de 12%?

É difícil estimar. Mas basta dizer que, no último estudo do Banco Mundial, de 190 países avaliados, o sistema tributário brasileiro ficou na posição 184. Todo investidor estrangeiro aponta duas questões como um problema para investir mais no Brasil. Um é o sistema tributário.

E o outro, a volatilidade cambial.

Temos uma cultura de rico não pagar imposto, mas isso é uma coisa histórica no Brasil, não é culpa desta legislatura ou deste governo. É algo que tem 500 anos"

Esses dois temas são recorrentes nas conversas com grandes fundos estrangeiros, desses que têm trilhões de dólares para investir.

A recuperação judicial tem crescido bastante. Os dados do Serasa de agosto de 2023 mostram que os pedidos de recuperação judicial aumentaram 82,4% em relação ao ano anterior. O que está faltando é crédito?

Deixa eu explicar uma coisa importante: a taxa de juros, pouco tempo atrás, estava em 2% ao ano. A taxa Selic. Muitas empresas tomaram a 6%, 7%, empréstimos vultosos para promover investimento.

A partir do momento em que você dá um choque monetário à taxa, que, em pouco tempo, menos de dois anos, sai de 2% para 13,75%, essa pessoa que estava com o empréstimo de 6% estava tomando a 18, 20%. Não tem margem de lucro que sustente isso. E aí a empresa cai na recuperação judicial. Por isso, podia parecer uma questão de birra partidária, mas não tem nada a ver. Quando a gente discutia que a taxa de juros ia acarretar uma desaceleração com as consequências, nós não estávamos numa disputa partidária, não era nem entre adversários.

Nós alertávamos: "Olha, vai desacelerar fortemente. E vai acarretar mais recuperação judicial".

É matemático.

O senhor está satisfeito com esse ritmo de redução dos juros? Ou poderia ser maior?

Veja bem, eu já disse isso e não ofendo ninguém dizendo isso, que eu só estou lembrando de um fato determinado. Desde março, eu venho dizendo que já se notava, pelos dados da Fazenda, que estava havendo uma forte desaceleração da economia.

Fiz chegar à opinião pública, aos meios de comunicação, o diagnóstico de que nós íamos crescer esse ano, mais de 2%, quando todo mundo dizia que era menos de 1%, eu dizia que era mais de 2%. Todo mundo dizia que a inflação era 6%, eu dizia que era menos de 5%. E, apesar disso, eu estou preocupado. Porque eu estou vendo, na margem, uma desaceleração forte, que vai ter consequências que nós não queremos. Não é pecado errar prognóstico.

Mas o que nós falamos, desde o começo do ano, se verificou. O Brasil realmente cresceu mais de 2%. Como dizia que ia crescer, a inflação está menos de 5%, como também nós dizíamos que ia acontecer, e nós não estávamos felizes apesar disso tudo, porque, na margem, a economia estava desacelerando forte, e isso ia impactar, sobretudo, a arrecadação e a atividade econômica.

A Fazenda acertou o prognóstico, então?

O que nós, de certa forma, estamos vislumbrando hoje, sobretudo no terceiro trimestre, é que aqueles alertas eram legítimos.

Não era "juris sperneandi", um direito de esperar. Era legítimo, estava apontando para uma questão séria. E de novo, não estou fazendo aqui cavalo de batalha em torno disso. Estou lembrando que esses alertas foram dados oportunamente e que isso continua nos preocupando.

Agora, o fato de a gente ter começado o ciclo, mesmo que tardiamente, é uma boa nova. O Brasil está com uma das taxas de inflação mais baixas do mundo.

A projetada para o ano que vem está menos que 4%. Nós não estamos descuidando da inflação, mas a gente tem que olhar o todo da economia. Muitos países europeus estão em situação muito pior do que o Brasil no que diz respeito à inflação.

Em relação ao plano que o senhor apresentou no início do ano para o fiscal, a Fazenda tinha falado em chegar a um deficit de 0,5% do PIB neste ano e deficit zero em 2024 ano e, em 2025. Na entrevista que eu dei em 12 de janeiro, eu falo que é razoável atingir 1% do PIB (de deficit primário) neste ano, considerando a lei do Carf e uma série de medidas que acabaram atrasando.

Os julgamentos do Carf só foram retomados agora.

E tem os vetos que ficaram para o dia 7 de novembro, como os do projeto de lei do Carf, do arcabouço. Qual é a sua expectativa?

Acredito que eles vão ser mantidos.

Com relação ao fiscal, muitos analistas falam que o arcabouço corre o risco de não ser eficaz. Mesmo com todos esses projetos andando agora, eles não serão suficientes para que o senhor entregue um deficit zero no ano que vem.

Sim.

Vai ser um problema descumprir a meta?

O mercado está projetando em 0,8% do **PIB** o déficit para o ano que vem, na média. Ele está fazendo isso porque sabe da dificuldade, sobretudo neste segundo semestre. Está acompanhando a arrecadação, que está caindo.

Na minha opinião, está havendo uma confusão entre duas coisas. Uma é o marco fiscal; a outra é a meta de resultado primário, que, inclusive, estão em leis diferentes. A meta de resultado está na LDO, e o marco fiscal é uma lei complementar. Então, é como se você confundisse o regime de meta de **inflação** com a própria meta.

Explique melhor, por favor.

Uma coisa é o regime de meta de **inflação**, que nós aperfeiçoamos com a meta contínua. A outra coisa é você dizer "ah, por que o Banco Central não mudou a meta de **inflação** ou não propôs lá no CMN ou não sugeriu a mudança de meta de **inflação**?" Se mudasse a meta de **inflação** - coisa que não ocorreu -, você não estaria mudando o regime de meta de **inflação**; estaria mudando a meta. São coisas diferentes, e a gente sempre deixou claro.

O marco fiscal tem um desenho elogiado internacionalmente.

A LDO funciona como o CMN para a meta de **inflação**. É assim que funciona.

Qual o propósito do marco fiscal, então?

O marco fiscal contratou uma fórmula em que a despesa vai crescer abaixo da receita numa determinada proporção, que pode ser 70%, que pode ser 50%, se as metas fiscais não estiverem sendo cumpridas. O resultado primário advindo dessa regra vai depender das medidas tomadas para acelerar a recomposição da receita, que foi perdida por várias iniciativas, inclusive duas das quais eu citei no começo da entrevista: a decisão do Supremo e a derrubada do veto da Lei Complementar 160. Quanto antes nós repusermos a base fiscal perdida nesse processo, mas rapidamente nós vamos atingir o objetivo de equilibrar as contas.

Quando é que a gente vai ver o governo cortar gastos?

Para mim, gasto tributário é gasto. Quando você abre mão da receita para um grupo específico, isso é gasto. Abrir mão de um imposto é gasto tributário. E tudo o que estamos fazendo, há 10 anos, é aumentando o gasto tributário.

Eu não tenho nada contra a agenda do Planejamento, que quer cortar gastos. Sou a favor de passar a régua em despesa, super-salários. Essas coisas todas. O governo precisa fazer e o governo vai fazer, com a ajuda do Judiciário e do Legislativo, porque não é fácil.

O Senado aprovou a prorrogação da desoneração da folha até 2027. O senhor vai pedir para vetar?

Eu vou conversar com o presidente, porque também já falei isso em várias ocasiões. E eu não vou mentir.

Isso vai na contramão do seu discurso, não?

É. Eu já falei isso várias vezes publicamente. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem um parecer, de há muito tempo, no qual afirma que a reforma da Previdência, que esses próprios grupos defenderam, veda qualquer prorrogação de benefício por causa do déficit da Previdência. Pedi para deixar para esse final do ano para que eu tivesse tempo de apresentar uma saída, e a pressão acabou tornando isso. Agora, vou ter que ter uma conversa com o presidente da República.

O senhor vai recomendar veto?

O meu papel é apresentar alternativas.

Que alternativa o senhor vai apresentar?

Assim que eu puder, eu falo.

Estamos desenhando aqui.

Nós temos alternativas, mas eu preciso levar ao conhecimento do presidente uma coisa que a própria AGU vai dizer. Ela tem o mesmo entendimento da PGFN.

Então, nós precisamos saber como é que nós vamos lidar com essa questão.

O senhor fala de um caminho errado nos últimos 10 anos.

Isso inclui um governo do PT.

Quais erros foram cometidos naquele momento?

Eu faço questão. Eu podia falar oito anos, mas a própria presidente Dilma (Rousseff) reconheceu que teria revisto muito as desonerações que ela fez. Ela falou isso publicamente. Falou sobre aquelas desonerações, e, de fato, todo mundo faz com a melhor das intenções. Todo mundo testa uma hipótese. E estou chamando a atenção para 10 anos em que estão testando uma hipótese que não está

dando um resultado positivo.

Então, essa hipótese deveria ser abandonada e revista. E, aliás, a Emenda Constitucional 103, (prevê) acabar com os incentivos fiscais gradualmente. E o que diz, agora, a PEC da **reforma tributária**? Reavaliação a cada cinco anos das exceções.

E há outros problemas fiscais. Sem crescimento (da economia), não tem como (resolvê- los). Ou a gente cria as condições de crescer; convence as pessoas que isso aqui é sério; que nós vamos tomar outro caminho; que ter pauta bomba, jabuti, ficou para trás; decisões exóticas do Judiciário, vamos deixar isso para trás. E vamos começar um ciclo de crescimento. Porque, se o país não crescer, e nós ficarmos nessa marcha dos últimos 10 anos, crescendo 1% ao ano, não tem solução.

Como o senhor está vendo a questão do comércio eletrônico?

O que havia era uma ilegalidade total. Usava-se uma lei que permitia uma remessa de indivíduo a indivíduo e começou- se a fazer comércio de bilhões de dólares. A fraude foi detectada. Havia um remetente chinês que tinha mandado 1,7 milhão de presentes. Vamos combinar, né? Esse tipo de fraude, para mim, é uma ofensa à soberania de um país. E eu falei isso para as empresas: "Olha, vocês estão ofendendo a soberania nacional". E eles acharam que iam peitar o Estado brasileiro, que não ia ter quem colocasse um freio. E nós falamos: "Se vai ser assim, vai ser assim".

E qual foi a reação?

Eles logo perceberam que o governo Bolsonaro tinha acabado, essa desorganização do Estado. Eles baixaram a cabeça para as empresas chinesas. Falavam mal da China, mas deixavam passar a boiada, né? E aí nós colocamos ordem, a primeira ordem, que foi em relação aos **tributos** estaduais.

Então, hoje a remessa paga o ICMS devido para os estados.

Os estados estavam perdendo montanhas de arrecadação, porque o varejo nacional estava perdendo mercado.

No próximo dia 30, completará um ano que o presidente Lula foi eleito.

Imaginava que ia ser tão difícil esse primeiro ano?

Não (Risos).

Foi mais difícil do que o senhor pensou?

Está bem mais desarrumado do que eu pensava. Bem mais.

Por exemplo?

A **Receita Federal** não existia mais. Ela foi privatizada em mais um sentido. Foi privatizada com o fim do voto de qualidade. Ela foi privatizada porque tinha gente aqui espionando inimigo político da família Bolsonaro. Ela foi privatizada porque ela estava tentando encobrir o contrabando de joias da Arábia Saudita.

A **Receita Federal**, que é a base do Estado nacional, não existia mais. Era uma coisa degradante.

Isso apenas da Receita, sem falar na questão fiscal e outros problemas.

A questão fiscal não tinha mais gestão nenhuma. O calote dos precatórios foi o ápice dessa loucura. O fim do pacto federativo com as leis complementares 190 e 192, que rapou o dinheiro dos estados durante a eleição para baratear a gasolina. Pense, assim, num filme de terror, com todos os ingredientes: calote, ausência de gestão, rompimento.

Nenhuma gestão fiscal. Descumprimento de pacto federativo e privatização da receita. Foi uma loucura o que aconteceu aqui.

As mudanças no governo Lula decorreram de acordos com o Centrão. Desta vez, a mudança afetou uma área muito ligada à Fazenda, que é a presidência da Caixa.

Isso é normal, ou não era exatamente como o senhor gostaria?

Desde dezembro, a Caixa e o Banco do Brasil ficaram sob a alçada da Presidência da República.

Desde o começo. Os candidatos foram entrevistados, sabatinados pelo presidente Lula. Eu participava, mas ele próprio fez questão de escolher.

É um assunto da Presidência da República, então.

É um assunto, obviamente, que eu opino, mas assim...Tem umas coisas assim. Quando você vai assumir um cargo, sobretudo da importância da Fazenda, você faz determinados pleitos para quem te convidou - que pode aceitar ou não (risos). Eu falei: "Olha, presidente, a minha equipe direta precisa ser gente que eu escolha, que conhece o meu estilo de trabalho, joga em equipe".

Por que o senhor está dizendo isso?

Estou dizendo isso porque, no caso do Banco do Brasil e da Caixa, o presidente falou: "Eu gostaria de escolher as presidentes".

Na época eram duas mulheres, ele queria duas mulheres.

E eu falei: "estamos juntos, presidente".

Mas agora mudou, né?

É, mas põe mulher em outro lugar. O presidente valorizou muito a diversidade na montagem do seu ministério, vai continuar valorizando.

No ranking dos ministros, o senhor é tido como aquele que mais conversa, mais negocia, tem mais paciência para tratar com o Parlamento. Alguns parlamentares já o estão comparando a Fernando Henrique Cardoso, que também teve muita paciência para aprovar o Plano Real e as medidas que vieram posteriormente. E o senhor já tem planos políticos para o futuro?

A situação é muito diferente.

O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, foi convidado para uma tarefa. Em poucos meses, ele já tinha uma equipe que ele conhecia muito (Pérsio Arida, André Lara Resende, a turma toda.). Ele veio, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular.

""O Fernando Henrique, que tinha dúvida sobre a conveniência de se lançar à reeleição para o Senado, lançou o Real, dali a pouco era candidato a presidente da República. Não é uma coisa que vai se repetir, é muito particular"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5205/27-10-2023.html?all=1>

Haddad: governo estima maior alta de arrecadação

O projeto sobre os fundos exclusivos e as off-shores, aprovado na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados, poderá elevar a arrecadação do governo em relação ao inicialmente planejado, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a adesão poderá ser maior após mudanças feitas pelos deputados. "Tem gente esperando que possa haver aumento na arrecadação, já que [os deputados] introduziram mecanismos que estimulam a adesão", disse o ministro. "Como a alíquota ficou abaixo da prevista originalmente, a adesão deve ser maior." O Ministério da Fazenda ainda não forneceu uma estimativa de alta da arrecadação após as alterações no projeto.

O ministro referiu-se à alíquota de 8% para quem antecipar, até o fim do ano, o pagamento do Imposto de Renda em quatro parcelas sobre os rendimentos acumulados nos fundos exclusivos e nas offshores (empresas que aplicam recursos no exterior). Originalmente, o governo tinha proposto 10%. O relator do projeto na Câmara, Pedro Paulo (PSD-RJ), tinha reduzido a alíquota para 6%, mas elevou para 8% pouco antes da votação.

Quem não quiser antecipar o pagamento de Imposto de Renda pagará, a partir de maio de 2024, 15% sobre os rendimentos acumulados. Nesse caso, o número de parcelas sobe para 24 (dois anos).

Na avaliação do ministro, o texto final ficou bom, com altas chances de aprovação no Senado. "Ficou bom. A Câmara fez um bom trabalho. Vamos para a segunda etapa", afirmou Haddad.

Apesar da vitória em relação aos fundos exclusivos e às offshores, a equipe econômica sofreu uma derrota no Congresso. Também na noite de quarta, o Senado aprovou o projeto de lei que prorroga, até 2027, a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Sobre um possível veto ao projeto, Haddad disse que conversará com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é o responsável pela decisão. Ele defendeu que o tema fosse discutido apenas na segunda fase da **reforma tributária**, que prevê a reformulação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em junho, o ministro chegou a dizer que o projeto é inconstitucional, sem entrar em detalhes. O governo precisa de R\$ 168 bilhões em 2024 para zerar o déficit primário previsto

para o período. Dentre as medidas já tomadas este ano, a taxação de super-ricos, tanto por meio dos fundos exclusivos como das offshores, é um dos principais projetos para diminuir o déficit nas contas públicas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/10/2023/p1>

Inclusão de idosos no mercado de trabalho



Em menos de quatro meses no cargo de senador, o empresário Mauro Carvalho Júnior conseguiu, por unanimidade no Senado Federal, a aprovação do Projeto de Lei 3.670/2023 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que garante a contratação e reinserção de idosos já aposentados no mercado de trabalho.

O texto prevê a isenção do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária dos trabalhadores já aposentados. Após ser aprovado em plenário, o PL seguirá para a Câmara dos Deputados.

"Esse projeto de lei surgiu em maio quando estava numa missa e encontrei um amigo com mais de 20 anos que não o encontrava. Ele me perguntou se já havíamos pensado em criar um benefício para pessoas aposentadas terem a oportunidade de voltarem para o mercado de trabalho", contou.

Depois desse encontro, Mauro reuniu a equipe para criar um planejamento a respeito. Passando por três revisões até o quarto texto aprovado na CAS e conseguir a unanimidade dentro da comissão evidenciou a importância e a relevância do projeto tanto para partidos aliados quanto para opositores.

"É um projeto com uma repercussão muito grande, nacional. Estamos falando de mais de 17 milhões de aposentados que estão hoje dentro de casa. É um projeto de inclusão social que vai gerar oportunidade para essas pessoas experientes, capacitadas e treinadas, serem inseridas de volta no mercado de trabalho, transferindo o conhecimento ao longo da vida para os mais jovens", destacou.

Mauro ressalta que as vagas que o projeto possibilitará abrir não irão interferir e tomar as oportunidades de emprego de pessoas mais novas. O aposentado só recebe o benefício nos casos de ampliação do número de funcionários das empresas. O Sistema Nacional de Emprego (Sine) também criará um cadastro exclusivo de aposentados.

"Isso significa que os empresários que tiverem esse aumento do número de empregados poderão acessar o Sine, que apresentará todos os profissionais aposentados à disposição, dentro da necessidade do perfil que o empresário necessita", afirmou.

Trajetória Nascido em Bauru (SP), o senador foi para o Mato Grosso para ser trainee em uma fábrica de refrigerantes, aos 21 anos. Começando como vendedor, carregava muitas caixas de refrigerante nas costas até galgar funções superiores dentro dessa empresa. Ele chegou a ser um dos diretores e, após nove anos, teve oportunidade de montar o próprio negócio.

A empresa de Mauro, que possui até hoje, começou como distribuidora de cervejas no estado do Mato Grosso. "Então venho sempre do mundo empresarial, trabalhando muito, me dedicando muito, me esforçando e sempre tive uma equipe ao meu lado muito competente, dedicada e comprometida com as metas da empresa", destacou.

"Isso fez com que a gente evoluísse muito dentro do estado. Hoje eu gero mais de 1.500 empregos diretos dentro das empresas. Isso me traz uma alegria e um orgulho muito grande por todo esse esforço de trabalho", disse, orgulhoso.

Quando o governador Mauro Mendes ganhou as eleições em 2018, Mauro foi convidado para ser secretário chefe da Casa Civil e já vinha conquistando, paralelamente, a sucessão nas empresas que gerencia.

Segundo ele, foi uma grande oportunidade poder ajudar o estado dentro da política local.

Nas eleições do ano passado, foi convidado para ser o primeiro suplente do senador Wellington Fagundes pelo PL e, juntamente com ESPLANADA e portage m@colunaesplanada.com.br Leandro Mazzini Com Walmor Parente, Carol Purificação e Tom Camilo a segunda suplente, Rosana Martinelli, tiveram vitória relevante no estado do Mato Grosso, sendo Fagundes o segundo senador mais votado proporcionalmente no país. O governador do estado foi reeleito como o terceiro proporcionalmente mais votado no Brasil.

"Assumi o Senado Federal em um momento ímpar, que é o debate da **reforma tributária**, tão importante para os estados, municípios e cidadãos brasileiros",

ressaltou o parlamentar.

De acordo com Mauro, o Mato Grosso preserva 62% de seu território.

Seguindo as orientações do Código Florestal brasileiro, um dos mais rígidos do mundo, a unidade federativa se torna "um exemplo de sustentabilidade, de produção e de eficiência", conforme defendeu.

"Este ano vamos produzir quase 100 milhões de toneladas de grãos. É um estado produtor, exportador e um exemplo para o mundo na segurança alimentar.

[.] E o Mato Grosso tem capacidade suficiente para dobrar sua produção sem derrubar uma árvore, trabalhando em eficiência e em áreas degradadas. Tenho orgulho de morar no MT e em ser mato-grossense", finalizou.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-4c2d760f60a6ea70b0a10ef9ff2351f5.pdf

O custo político da reforma possível (Editorial)

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) finalmente apresentou o relatório da **reforma tributária** sobre o consumo. Lamentavelmente, o texto ampliou, em vez de reduzir, a quantidade de setores que serão beneficiados com **impostos** mais baixos após a aprovação da proposta. Como o objetivo da reforma é manter a neutralidade sob o ponto de vista arrecadatário, toda e qualquer exceção concedida pressiona a alíquota cheia para cima.

Até então, com base no parecer aprovado pela Câmara, o Ministério da Fazenda previa que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) teria de ficar no patamar entre 25,45% e 27%, um dos maiores entre os países que adotam este modelo de tributação. O impacto das novas mudanças propostas pelo relator ainda não foi calculado pelo governo, mas é bastante provável que aumentem a alíquota padrão.

O parecer apresentado pelo senador é uma síntese das contradições que envolvem a discussão da **reforma tributária** no País. Todos concordam que o sistema atual é inviável, confuso, regressivo, cumulativo e injusto, mas ninguém quer abrir mão dos privilégios que justamente o distorcem.

Esses defeitos, parte inerente do sistema atual, se mostram muito mais resilientes do que o esperado. Tanto que a maioria das sugestões de mudanças que o Legislativo analisou visava justamente a exportar parte dessas distorções do modelo anterior para o novo, que supostamente estava sendo elaborado para dar fim a todas elas. Não há outra forma de avaliar, por exemplo, a proposta, incluída no relatório, que cria uma nova alíquota, também reduzida, para profissões regulamentadas.

Trata-se do tipo de medida altamente regressiva, que beneficia diretamente advogados e médicos com maior poder aquisitivo. A imensa maioria desses profissionais já está contemplada pelo Simples Nacional, cujo limite para enquadramento é um generoso faturamento anual de R\$ 4,8 milhões.

Não foi a única concessão que o relator acatou. Haverá um regime específico para combustíveis e lubrificantes, setores como saneamento, rodovias e telecomunicações, agências de viagem e o transporte coletivo de passageiros nos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo. Os benefícios para o

setor automotivo foram prorrogados até 2032, tanto para as empresas já habilitadas quanto para projetos aprovados e ainda não implementados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Há que destacar, no entanto, um grande acerto do relatório. De forma corajosa, o senador enfrentou os interesses do agronegócio e do setor de supermercados para restringir a isenção total dos produtos da cesta básica, um avanço em relação ao modelo atualmente em vigor. Aqueles que não fizeram parte da Cesta Básica Nacional farão parte da cesta estendida, que terá desconto de 60% na alíquota, para contemplar produtos de consumo regional.

Ao contrário do que diz o senso comum, desonerar integralmente a cesta básica é uma medida altamente regressiva, que favorece os mais ricos em detrimento dos mais vulneráveis e compromete as contas da União e dos Estados.

Com a criação da cesta estendida, famílias de baixa renda poderão pedir a devolução dos **impostos** pagos via cashback.

Poderia ser melhor? Com toda a certeza.

Mas o relatório sintetiza o custo político de aprovar uma ampla **reforma tributária** no País. A União teve de ceder elevando o aporte aos Estados, via Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões - menos que os R\$ 75 bilhões que os senadores defendiam.

Permanece a dúvida sobre como a trava para o crescimento da carga tributária poderá ser mantida se os repasses da União para o fundo não serão apenas crescentes, como também corrigidos pela **inflação**. Será um fator adicional a pressionar a revisão dos gastos públicos e a aprovação de reformas estruturais ou um dispositivo a ser ignorado e desrespeitado, como o antigo teto de gastos?

No balanço geral, os benefícios do parecer da **reforma tributária** ainda superam os custos, e a proposta, longe de ser perfeita, será a reforma possível. Já terá sido uma grande vitória se as exceções pararem por aí.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Analistas criticam volume de exceções

**DANIEL TOZZI MEDES, LUIZ GUILHERME GERBELLI e
MARIANA GUALTER**

O projeto de **reforma tributária** apresentado no Senado na quarta-feira fez aumentar a preocupação de economistas e tributaristas com relação à complexidade do texto e também sobre o patamar da alíquota cheia do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

De autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), o texto ampliou o número de setores que terão tratamento diferenciado no novo sistema de **impostos**.

Agências de viagem, concessões de rodovias, missões diplomáticas e serviços de saneamento e telecomunicações, por exemplo, foram incluídos na lista de regimes tributários específicos.

O relatório também criou uma nova alíquota reduzida - com desconto de 30% sobre a alíquota-padrão - para beneficiar profissionais liberais, como médicos e advogados.

"Fica a ideia de uma reforma que vai punir quem não conseguiu ser beneficiado. A ideia original era ter uma alíquota geral e algumas poucas exceções", afirma Sergio Vale, economista- chefe da consultoria MB Associados. "Ampliou-se muito a gama de exceções, e isso é bastante ruim." Quanto maior o número de exceções, maior pode ser a alíquota do IVA. Antes das mudanças propostas pelo texto do Senado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) fez um alerta de que a alíquota do IVA poderia chegar a 28% - que seria a maior do mundo entre os países que adotam o modelo tributário.

Já os estudos conduzidos por técnicos da Fazenda concluíram que a alíquota-padrão do IVA poderia alcançar 27%.

A **reforma tributária** cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - dos Estados e municípios - e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para os **impostos** federais. O IBS e a CBS vão substituir o PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

O IBS e a CBS terão a mesma legislação, o que significa que, para os contribuintes, é como se houvesse apenas um tributo, com parte sendo cobrada pela União e parte, pelos Estados e municípios. Na prática, o Brasil está adotando um modelo de imposto dual sobre o valor adicionado.

"Sobre esse ponto, nossa crítica é com relação às exceções.

Afinal, quanto mais regimes diferenciados existirem, menor o ganho de eficiência da reforma", diz Gino Olivares, economista-chefe da Azimut.

"O maior mérito da reforma é justamente procurar tratar todo mundo igual. Quando se começa a colocar exceções, todos acabam perdendo." "A inclusão de novas exceções mantém a proposta complexa, como o novo desconto de 30% para profissionais liberais.

Porém, a proposta incluiu a avaliação periódica dos regimes diferenciados, que podem ser revistos no futuro", diz a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória. "Apesar de o novo parecer incorporar mais complexidades, a proposta ainda representa um avanço em relação ao sistema atual", conclui Rafaela.

Novos nomes A **reforma tributária** cria o IBS, para os Estados e municípios, e a CBS para os **tributos** federais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas se dividem entre "texto possível" e temor de mais concessões

**DANIEL TOZZI MEDES, LUIZ GUILHERME GERBELLI e
MARIANA GUALTER**

O texto do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para o projeto da **reforma tributária** estabelece que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional terá um aporte extra de R\$ 20 bilhões, chegando a R\$ 60 bilhões anuais. Ele criou ainda, como antecipou o Estadão, dois tipos de cestas básicas: uma social, com imposto zerado, e uma estendida, com alíquota reduzida.

Para a economista sênior e sócia da consultoria Buysidebrazil, Ariana Zerbinatti, as modificações introduzidas no parecer da **reforma tributária** foram "de cunho político" e feitas para que o texto consiga ser aprovado na Casa.

"Gosto muito de uma declaração do Bernard Appy (secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda) de que é a reforma possível", aponta Ariana, salientando a importância da aprovação do texto, uma vez que se trata de um tema que ficou parado por décadas "e finalmente está caminhando".

Numa visão contrária, a avaliação do economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, é a de que o relatório da **reforma tributária** apresentado no Senado não corrige os problemas dos textos anteriores e introduz inovações, em sua maioria, ruins.

A avaliação é de que o relatório não só não resolveu os problemas de tempo de transição, cálculo das alíquotas e número de exceções, como também adicionou questões novas, como a cesta básica estendida.

"Isso vai virar uma maluquice", diz. "Tem uma máxima dos idealizadores da PEC de que qualquer coisa é melhor do que nada. É preciso ter cuidado, porque o "qualquer coisa" já virou tão qualquer coisa que, se for aprovado, vai conseguir piorar o sistema atual, que já é tão complexo e ruim", afirma Salto, ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

MONTADORAS. Um item acrescentado no texto do Senado, que tinha sido barrado pela Câmara, gerou desconforto entre fabricantes de veículos das regiões Sul e Sudeste: inclui emenda que prorroga incentivos fiscais para montadoras com fábricas no Nordeste até

2032. O prazo do benefício, estipulado há cinco anos, venceria em 2025. A emenda estabelece, contudo, que o valor do incentivo seja reduzido em 20% ao ano. A medida vai beneficiar especialmente o grupo Stellantis, dona das marcas Fiat e Jeep, e a recém-chegada BYD.

Para o vice-presidente de Comunicação, Relações Governamentais e ESG da GM América do Sul, Fabio Rua, "o Brasil precisa aproveitar esse momento único para rever mecanismos que desfavorecem o ambiente de negócios nacionalmente".

Segundo ele, houve avanço no novo texto, no sentido de evitar que os créditos de IPI sejam utilizados em outros Estados que não o de origem, mas afirma que isso não é o bastante "para garantir a isonomia de condições entre os players do setor; é preciso garantir equivalência nos **impostos** aplicados, pois um ambiente de negócios claro e isonômico atrai investimentos e ajuda a movimentar a economia brasileira como um todo".

TRAVA. No texto, Braga incluiu ainda uma trava para evitar o aumento da carga tributária e a necessidade de que os benefícios fiscais, concedidos por meio da redução da alíquota do IVA, passem por revisões periódicas, a cada cinco anos, com análise de custo-benefício.

A mudança acata parcialmente uma sugestão do Tribunal de Contas da União (TCU), que havia recomendado avaliações anuais.

Pontos básicos

O brasileiro vai pagar mais imposto?

Segundo o governo, a reforma não vai aumentar a carga tributária total. Isso porque aumentos em alguns setores devem ser compensados por reduções em outros. Alguns bens e serviços devem ter os **impostos** reduzidos ou zerados, enquanto outros podem aumentar. Quais bens e serviços podem ficar com um imposto mais alto?

O Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente - por

exemplo, os cigarros e as bebidas alcoólicas. A cesta básica ficará mais cara? O imposto sobre ela aumentará?

Haverá duas cestas básicas.

Lei complementar irá listar os produtos: uma cesta social, com alíquota zero, terá produtos alimentícios de primeira necessidade.

Outra cesta, chamada de estendida, será criada com cobrança do imposto com alíquota reduzida de 40% da alíquota-padrão. Será criado o mecanismo de cashback (devolução de imposto) dos produtos dessa segunda cesta para as famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Minério e petróleo reagem a "imposto do pecado"

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO

Setores ligados à mineração e à exploração de petróleo e gás estão insatisfeitos com o novo relatório da **reforma tributária**, apresentado na quarta-feira pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), e já se articulam para garantir mudanças no texto.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis. A nova taxa foi criada pelo relator no âmbito do Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que vai incidir sobre atividades consideradas prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A proposta estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação", ou seja, poderá alcançar vendas internas e externas - o que é visto como um contrassenso. "O texto geral do senador Eduardo Braga é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações", afirma Raul Jungmann, ex-ministro e atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O temor é de que o produto brasileiro fique mais caro e perca competitividade.

Jungmann também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties.

"Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões", afirma. O desenho do novo imposto, que prevê alíquota de até 1% sobre o valor de mercado do produto, também é alvo de críticas: "Extremamente difícil de definir.

Vai incitar uma disputa feroz".

A nova cobrança também movimentou o setor de óleo e gás, que prevê impacto nos preços.

"Vai afetar todos os consumidores: os que abastecem seus carros, os que compram o botijão de GLP e os que voam de avião.

Ou seja, vai gerar pressão inflacionária", afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy.

O Imposto Seletivo, argumenta Ardenghy, é

tradicionalmente voltado a "atividades supérfluas, como cigarros, bebidas alcoólicas e outros setores que não têm a importância econômica da produção de petróleo". Ele diz que a essencialidade dos combustíveis já foi reconhecida em lei e que se trata de um mercado gigantesco.

"O Brasil consome 390 milhões de litros de diesel, gasolina e outros combustíveis por dia."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior (Editorial)

Não há dúvida de que a **reforma tributária** em tramitação no Congresso representará um enorme avanço para a economia brasileira.

Ela acaba com a cobrança cumulativa dos **impostos** sobre serviços e consumo, põe fim à guerra fiscal entre os estados, aproxima o sistema tributário brasileiro dos melhores e contribui para aumentar a competitividade do país. Ao analisá-la, porém, os parlamentares precisam compreender que há uma contradição intrínseca no parecer apresentado pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

O texto amplia as exceções à alíquota de referência adotada nos novos **impostos** criados - a CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal) - em substituição a outros cinco. Ao mesmo tempo, quer manter intacta a arrecadação.

Isso significará necessariamente uma alíquota maior, em prejuízo das empresas não enquadradas nas exceções.

Braga acerta ao impor no texto um limite de crescimento à carga tributária, avaliado periodicamente. Mas, como não considera a possibilidade de queda na arrecadação, supõe uma alíquota de referência maior. A realidade aritmética é inescapável: quando um empresário é beneficiado com imposto menor, todos os outros precisam pagar mais, do contrário a arrecadação cai. O governo prevê uma alíquota de 27% para a soma dos dois **impostos**. Antes mesmo da apresentação de Braga, porém, já havia no mercado estimativas de até 33%. Certamente elas subirão.

Regimes excepcionais deveriam estar embasados em justificativas sólidas, não na distribuição voluntária de bondades.

Um exemplo: o texto do relator isenta de tributação uma cesta de produtos de primeira necessidade (outra, mais ampla, estará sujeita a alíquota reduzida).

Mesmo que as empresas repassassem toda essa vantagem ao preço final, o resultado seria injusto, pois beneficiaria pobres e ricos de forma indiscriminada.

A literatura econômica demonstra que **impostos** sobre consumo não são o instrumento adequado para

combater a desigualdade.

O texto aprovado na Câmara já era pródigo em exceções. Em vez de reduzi-las, Braga criou outras. Propôs alíquotas menores até na concessão de rodovias ou saneamento básico. Ofereceu desconto de 30% a profissionais liberais, um agrado a escritórios de advocacia, consultorias e médicos. A maioria desses profissionais de classe alta está inscrita em regimes especiais como o Simples (foco de distorções não tratadas nesta reforma). Se beneficiá-los já era socialmente injustificável, que dizer da nova vantagem?

Amazonense, Braga manteve a proteção à Zona Franca de Manaus. Felizmente abandonou a ideia de cobrar de concorrentes das empresas instaladas nela o Imposto Seletivo, criado para coibir o consumo de produtos nocivos como álcool ou cigarro. No lugar, previu uma contribuição. Ainda que a alternativa seja melhor, mantém incentivos economicamente ineficazes.

Em alguns aspectos, Braga melhorou o texto aprovado na Câmara. Previu, a cada cinco anos, revisão dos setores em regimes especiais ou beneficiados por alíquotas reduzidas. Pode ser uma oportunidade para promover ajustes.

Teria havido mais avanços se os senadores tivessem resistido aos grupos de pressão. Os ganhos com a reforma certamente ainda superam os entraves que criará. Mas o Congresso precisa reduzir ao mínimo os regimes excepcionais, de modo a garantir uma alíquota competitiva para toda a economia.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ

Reforma tributária cheia de exceções trará alíquota maior

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Troca na Caixa dá 70% do apoio de Republicanos e PP



Votação.
Plenário da Câmara: após semanas de adiamento, deputados aprovaram projeto prioritário para a agenda econômica do governo Lula

contrários e 13 abstenções.

A maior parte do quadro mostrou apoio ao projeto, como já vinha ocorrendo em outras matérias relevantes, como o arcabouço fiscal, quando os partidos ajudaram com 69 votos.

A ofensiva do Centrão, contudo, terá novos capítulos, já que o acordo alinhavado com o Planalto prevê que as 12 vice-presidências da Caixa também sejam ocupadas por indicados do bloco partidário. A estratégia é repartir o espaço entre PP, Republicanos, PSD e União Brasil.

COMO VOTOU CADA PARTIDO

SIM 323				NÃO 119				ABSTENÇÕES + AUSÊNCIAS 71			
PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÕES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÕES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÕES
Avante	5	-	2	PSDB	9	3	2				
Cidadania	2	1	1	PSOL	12	-	1				
Patriota	3	1	1	PT	64	-	4				
PCdoB	5	-	2	PV	5	-	1				
PDT	15	-	3	MDB	28	5	10				
PL	12	73	13	Novo	-	3	-				
Podemos	12	2	1	Rede	1	-	-				
PP	30	10	9	Republicanos	33	4	4				
PSB	14	-	1	Solidariedade	4	-	-				
PSD	36	2	5	União Brasil	33	15	11				

EDITORIA DE ARTE

LUÍSA MARZULLO

Após ceder a cadeira mais importante da Caixa Econômica Federal a um nome indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o Palácio do Planalto garantiu apoio de 70% do Centrão para aprovar na Câmara o projeto que estabelece a taxa dos "super-ricos", além dos votos de 12 deputados do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O PP e Republicanos, que passaram a integrar a base petista após **reforma ministerial**, entregaram 63 dos 90 votos favoráveis à proposta, que estava travada no plenário e já havia sido adiada duas vezes.

Parte essencial da agenda econômica do governo, a proposta foi aprovada em plenário pelo placar de 323 a 119 no mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu a então mandatária da Caixa, Rita Serrano, para abrigar Carlos Antônio Vieira Fernandes, aliado de Lira.

Na votação, o PP e o Republicanos somaram 14 votos

O PL, de 99 parlamentares, marcou posição majoritariamente contrária à taxa dos super-ricos. O governo levou os votos daqueles que são distantes do núcleo bolsonarista: Daniel Agrobom (GO), Ícaro de Valmir (SE), Jorge Goetten (SC), João Maia (RN), João Carlos Bacelar (BA), Luciano Vieira (RJ), Junior Lourenço (MA), Matheus Noronha (CE), Rosângela Reis (MG), Samuel Viana (MG), Robinson Faria (RN) e Tiririca (SP).

Lourenço, Bacelar e Noronha já foram inclusive punidos pelo partido por terem votado com o Planalto em outras ocasiões, como a favor da reestruturação ministerial. Na ocasião, o PL suspendeu por três meses a participação de outros oito deputados em comissões na Câmara. Os demais punidos recuaram desta vez: três se abstiveram e dois, Pastor Gil e Vinicius Gurgel, votaram pela reprovação do projeto.

Veterano, o humorista Tiririca nunca se engajou na pauta oposicionista. Na **reforma tributária**, por exemplo, ele já havia descumprido um pedido pessoal de Bolsonaro. O mesmo ocorre com Rosângela Reis. Apesar da proximidade com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, a parlamentar tem votado com o governo em pautas econômicas.

O Centrão vinha pressionando o Planalto pelo comando da Caixa há meses. Antes da saída de Rita Serrano, o governo já havia feito concessões para acomodar o bloco com a nomeação de Celso Sabino (União- PA) na pasta do Turismo, André Fufuca (PP-MA) no Esporte e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) na de Portos e Aeroportos.

Rita Serrano fala em "misoginia" no adeus à Caixa

Demitida pelo presidente Lula do comando da Caixa, Rita Serrano fez longa postagem ontem numa rede social na qual falou dos desafios de "ser mulher em espaços de poder". Ela disse esperar deixar como legado a mensagem de que é preciso enfrentar a misoginia.

Rita foi a terceira mulher do primeiro escalão a ser demitida: também perderam seus cargos Daniela Carneiro, do Ministério do Turismo, e Ana Moser, no do Esporte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira vai se reunir com Haddad para discutir projetos econômicos



Negociação destravada. Após emplacar nome próximo na Caixa, Lira vai tratar da agenda econômica do governo

GABRIEL SABÓIA

A Câmara dos Deputados se prepara para uma nova fase de entregas ao governo no âmbito econômico, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter atendido aos interesses do Centrão com a demissão da presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, para acomodar o aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Carlos Antônio Vieira Fernandes.

Na reunião de líderes ontem ficou acordado que o presidente da Casa se reunirá com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na próxima semana para tratar de duas pautas econômicas de interesse dos governistas.

A primeira é um projeto que altera as regras de tributação das subvenções concedidas pelo poder público para atrair empresas ou estimular empreendimentos já existentes, por meio do ICMS. A previsão é arrecadar R\$ 30 bilhões com a medida. Ainda na semana que vem, o relator do projeto deve ser escolhido.

Em outra frente, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 deve ser levado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana que vem e submetida ao plenário do Congresso na semana do dia 20 de novembro.

"CHAVE DE OURO" No mesmo dia em que foi oficializada a troca na Caixa, na terça-feira, a Câmara

aprovou o projeto que prevê a taxação dos fundos exclusivos (para alta renda) ou offshore. A proposta foi aprovada em plenário por 323 votos a 119 - o que mostrou a aderência à pauta.

Os projetos que entram em discussão nessa semana são consideradas fundamentais, no momento em que o governo procura levantar recursos para cumprir a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

Ao GLOBO, o líder do PT na Câmara, José Guimarães, afirmou que precisa concluir essas negociações para "fechar o ano com chave de ouro".

- Precisávamos concluir a votação da taxação das offshore e fundos exclusivos, mas também precisamos finalizar os debates que dizem respeito à MP 1185, que traz mudanças no tratamento tributário de incentivos de ICMS, e a LDO. Com isso, fecho o ano com chave de ouro. Temos uma pauta praticamente limpa para o que é estratégico para o governo - afirmou.

NA FILA NA CÂMARA E NO SENADO

Na Câmara

Subvenção do ICMS

A Câmara avalia a tributação de empresas com benefício fiscal concedido por estados via ICMS. A soma usada para investir seguiria isenta, a de custeio será taxada.

Previsão é arrecadar R\$ 30 bilhões.

LDO de 2024

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser levada à comissão da Casa semana que vem, definindo a meta fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende meta de déficit zero em 2024.

No Senado

Fundos exclusivos

O Senado vai apreciar o projeto para taxar fundos exclusivos (alta renda) e offshore (no exterior), com alíquota de 15% a 20%. A previsão é arrecadar R\$ 20

bilhões.

Reforma tributária

Vai unificar cinco **impostos**, com incidência no destino, onde o produto ou serviço é consumido, dividido em dois **tributos** e alíquota única. O Fundo de Desenvolvimento Regional, para estados darem incentivos locais, terá R\$ 60 bilhões até 2043.

Marco regulatório de seguros

Casa discute nova legislação para contratos de seguros no país.

Regulação de apostas on-line

A proposta é taxar jogos em geral, como cassinos, em 18% e apostas esportivas em 12%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco diz que vai priorizar agenda do governo

Pacheco.
Celeridade
a projetos



BRENNO CARVALHO/24-10-2023

CAMILA TURTELLI

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), sinalizou a aliados que dará prioridade à pauta econômica do governo com projetos que aumentam a arrecadação.

Além da **Reforma Tributária**, o senador quer avançar com a proposta que taxa fundos exclusivos (voltados para alta renda) e offshore (no exterior) e a das apostas esportivas, ao mesmo tempo em que vai acelerar a chamada Lei dos Seguros.

O movimento ocorre em paralelo ao andamento de textos que limitam poderes de ministros do Supremo Tribunal Federal, agenda que não é prioritária para o Planalto.

O empenho de Pacheco com esses temas foi reforçado após o encontro com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta semana. Na ocasião, o senador também se comprometeu a pautar as indicações para o Banco Central, assim que chegarem à Casa.

Pacheco está disposto a deixar assuntos como as mudanças na Lei do Impeachment e reeleição, os quais defende, para o próximo ano.

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, por 323 votos a 119, o projeto de lei que estabelece a taxação dos chamados fundos exclusivos e offshores.

A votação ocorreu após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitir a presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, e indicar um nome próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o cargo. O texto vai agora para o Senado, onde deve

ganhar prioridade.

Pacheco também deu celeridade ao andamento da **Reforma Tributária**, após a conclusão do relatório do senador Eduardo Braga (MDBAM).

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União- AP), abriu uma sessão extra para leitura do parecer após a sabatina de indicados para o Superior Tribunal de Justiça.

LEI DOS SEGUROS Outra promessa, é a chamada Lei dos Seguros. Haddad disse, no começo da semana, acreditar que o relatório do senador Jader Barbalho (MDB-PA) esteja pronto para ser votado na próxima semana.

O Senado também deve votar na semana que vem, na Comissão de Esporte, o projeto que regulamenta as apostas esportivas, de iniciativa do Executivo.

O texto foi aprovado pela Câmara em setembro e trata de questões como pagamento de outorga, nova distribuição da arrecadação, exigências e restrições.

O projeto tramita ao mesmo tempo em duas comissões. Na de Assuntos Econômicos, o relator é o senador Angelo Coronel (PSD-BA), que se reuniu com Haddad na quarta-feira para falar sobre o parecer.

-A ideia é trazer novos recursos para melhorar a arrecadação da União. Esperamos votar ainda em novembro no Senado - afirmou o relator.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo topou "o primeiro beijo", diz relator



Nova etapa. Para o senador Eduardo Braga, relator da Reforma Tributária, governo já deu o primeiro passo nas concessões e agora ficará mais fácil

GERALDA DOCA, VICTORIA ABEL E ALVARO GRIBEL

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), acredita que o Ministério da Fazenda vai precisar ceder mais um pouco na ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), diante das pressões que senadores devem fazer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Em entrevista ao GLOBO, Braga disse que o governo já deu o primeiro passo nas concessões e que agora ficará mais fácil.

- Isso é que nem o primeiro beijo, eles diziam "não, não, não", e deram o primeiro beijo. Agora nós vamos ter 15 dias de espancamento na CCJ, os senadores já sabem que eles toparam o primeiro beijo - comentou o relator.

A afirmação de Braga desenha o que está por vir no Senado em termos de pressão por aumento das exceções.

Além de um valor maior para o FDR, parlamentares já começam a pedir a inclusão de mais setores dentro dos regimes diferenciados. A expectativa é votar o texto entre 7 e 9 de novembro.

O valor de R\$ 60 bilhões para o FDR, que está no texto atual, foi uma concessão da equipe econômica depois de semanas de negociação com Braga. Inicialmente, na proposta que saiu da Câmara dos Deputados, o valor era de R\$ 40 bilhões.

R\$ 100 BILHÕES PARA FDR O Fundo será usado pelos estados para conceder incentivos locais dentro do novo sistema tributário. O desembolso começa em R\$ 8 bilhões em 2029 e sobe até chegar a R\$ 60 bilhões em 2043. O aumento extra de R\$ 20 bilhões

será distribuído ao longo de dez anos.

Braga já defende um valor maior para o fundo, de R\$ 100 bilhões.

- Ainda não é muita coisa porque esse fundo vai alcançar R\$ 60 bilhões em 2043 e até eu já terei virado pó, não estarei mais aqui. É uma miserabilidade esses R\$ 60 bilhões porque ele está sendo corrigido pelo IPCA. Quando digo que vou aumentar esse fundo em R\$ 2 bilhões em 2034, estou dizendo que vou aumentar esse fundo em R\$ 500 milhões a valores presentes. Esse fundo deveria ser de R\$ 100 bilhões - disse o senador.

Levando em conta os R\$ 20 bilhões extras acordados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o aumento é um valor "pequeno" por ano e "suportável".

- É um valor pequeno por ano. Em um Orçamento de R\$ 2 trilhões de hoje, ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores. Nós resolvemos acatar.

Enquanto isso, senadores já pressionam por mais setores dentro dos regimes com tratamento diferenciado na reforma. Esses setores só terão regras detalhadas em lei posterior. O argumento dos parlamentares é que caberá ao governo sugerir os modelos para os regimes específicos em leis complementares, podendo levar a maior ou menor impacto orçamentário.

- A governança é deles.

Se o governo for incompetente e não souber negociar...

Eles têm que saber jogar - disse Braga.

A lista de regimes específicos no relatório de Braga contempla oito setores, entre eles, combustíveis e lubrificantes; serviços financeiros; hotelaria, agências de viagens e turismo, bares e restaurantes; serviços de saneamento e de concessão de rodovias; e telecomunicações.

No texto da Câmara, eram cinco os setores contemplados.

IMPACTO NA ALÍQUOTA PADRÃO O líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), defende a

inclusão de mais segmentos no regime específico: todos os serviços públicos concedidos ao setor privado, como aeroportos e ferrovias (rodovias e saneamento já estão no texto), e atividades ligadas à economia verde. O senador ainda sugere a ampliação do FDR de R\$ 60 bilhões para R\$ 70 bilhões: -Além da questão ambiental, a nossa maior preocupação é evitar que os consumidores sejam penalizados com aumento de tarifas.

As concessionárias de serviços públicos são meras repassadoras.

O Ministério da Fazenda já se prepara para uma nova fase na tramitação da **Reforma Tributária**, com aumento da pressão de setores não contemplados sobre os parlamentares, em busca de benefícios.

A ideia é apresentar dados e análises para uma discussão técnica no Senado, expondo os impactos sobre a alíquota padrão das exceções já definidas pelo relator.

O objetivo é evitar que essa lista de segmentos contemplados aumente ainda mais. Esses números ainda são mantidos sob sigilo.

Quanto mais setores com benefícios, maior terá que ser a alíquota padrão, e isso será repetido pela pasta.

Interlocutores da Fazenda pontuam que, apesar do aumento das exceções, o relatório de Braga trouxe pontos positivos, como a delimitação dos produtos da cesta básica que terão alíquota zerada.

O governista Jorge Kajuru (PSB-GO) avalia que Braga não fará mudanças substanciais no relatório, com inclusão de mais exceções, mas pode fazer "pequenos ajustes" como calibragem de alíquotas reduzidas: - O Braga ouviu todos os segmentos. O problema é que ele apresentou e obteve apoio do Haddad. Ele não muda mais não. Pequenas modificações sim, mas não relevantes. O que ele vai ceder é para senadores em pequenos pontos. É questão de percentual.

O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o relatório foi construído com a Fazenda e não acredita em alterações: - O Senado pode mudar, mas não acredito nisso, pois o relatório está bem redondo.

"A governança é deles.

Se o governo for incompetente e não souber negociar... Eles têm que saber jogar" Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **Reforma Tributária** no Senado

"Além da questão ambiental, a nossa maior preocupação é evitar que os consumidores sejam

penalizados com aumento de tarifas. As concessionárias de serviços públicos são meras repassadoras" Efraim Filho (PB), líder do União Brasil no Senado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad pede votação de MP que tributa subvenções



Haddad e Lira: ministro da Fazenda pediu ao presidente da Câmara que privilegie votação da MP em vez do projeto de lei

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto, Estevão Taiar, Lu Aiko Otta e Fernando Exman

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o Congresso vote a medida provisória (MP) que trata sobre a subvenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no lugar do projeto de lei enviado nesta semana ao Congresso.

A conversa aconteceu na quarta-feira, na residência oficial da Câmara, apurou o Valor com três fontes a par do assunto. Caso o Congresso Nacional não aprove o texto, o Ministério da Fazenda cogita levar a questão para o Supremo Tribunal Federal (STF).

As mudanças nas subvenções de ICMS são consideradas pela equipe econômica a principal medida para zerar o déficit primário do ano que vem.

O pedido de Haddad para Lira foi feito porque, com o projeto de lei (PL), há necessidade de cumprir o período de noventena a partir do momento que o texto for aprovado.

Lira, contudo, sinalizou ao ministro que o texto enfrenta muita resistência da bancada do Nordeste e do meio empresarial, e que é preciso primeiro construir apoio ao mérito da matéria antes de decidir a forma de votação.

Com o PL, as mudanças nas regras de tributação passariam a valer somente a partir de 1º de abril, considerando o texto sendo aprovado até o fim do ano, o que diminui o impacto esperado de arrecadação em 2024 em R\$ 9 bilhões.

Como uma medida provisória tem força de lei, o princípio da noventena passa a ser contado desde a publicação do texto, o que aconteceu em 31 de agosto. Por isso, as novas regras de tributação poderiam entrar em vigor em 1º de janeiro, o que geraria uma arrecadação, nos cálculos do governo, de R\$ 35,3 bilhões em 2024.

Com as mudanças entrando em vigor somente em abril, a previsão de receita cai para R\$ 26,3 bilhões, conforme mostrou o Valor na terça-feira (24). Isso gerou alerta na equipe econômica, que busca uma solução.

Apesar da preocupação do Ministério da Fazenda com a forma de votação, Lira sinalizou a Haddad que as mudanças não têm apoio, porque o entendimento é que haverá aumento de carga tributária para as empresas atingidas e prejuízo aos Estados que concedem esse benefício tributário, apurou o Valor.

O presidente da Câmara teria dito a Haddad que não se opõe à ideia de votar a questão através de uma medida provisória, mas que primeiro é necessário construir apoio ao texto. Por isso, pediu que o ministro se reúna com os líderes partidários na próxima semana para explicar e discutir o tema. A forma de votação - se por MP ou PL - e o relator da matéria só devem ser decididos depois que esse encontro ocorrer.

Ainda não há data marcada.

Também não há decisão sobre o relator e os partidos disputam a indicação.

O deputado Mauro Benevides (PDT-CE) é um dos que tem se movimentado para assumir a função, mas alguns partidos do Centrão argumentam que as empresas da região Nordeste estão entre as mais afetadas pelo projeto e, por isso, seria melhor para o governo nomear um deputado de outro local.

Existe ainda um problema ligado ao calendário apertado de votação.

A Câmara não terá sessões na semana de 15 de novembro, por causa do feriado da Proclamação da República.

Na sequência, a ideia é votar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 e analisar novamente a **reforma tributária**. Como o PL das subvenções trancaria a pauta somente em 9 de dezembro, haveria apenas duas semanas para o Senado analisar o texto.

Se a solução por meio do Congresso não avançar, a equipe econômica pode levar o debate para o STF.

A ideia é contestar a Lei Complementar 160, que trata do tema, e conseguir pelo menos num primeiro momento uma decisão liminar.

Essa saída, de acordo com fontes do Executivo, também estaria lastreada em recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

AMP, que visava regulamentar essa decisão, muda as regras de tributação dos incentivos fiscais de ICMS e retoma a diferença de regras na tributação federal para subvenções de custeio e investimento. Há previsão de crédito para Imposto de Renda no segundo caso.

Se o texto for aprovado pelo Congresso, a partir de 2024 as empresas serão impedidas de abater do Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins valores referentes a incentivos de ICMS concedidos pelos Estados. A visão da equipe econômica é que os Estados estão legislando sobre questões tributárias federais, retirando prerrogativas tanto do governo federal quanto do Congresso.

Os benefícios estaduais não seriam afetados, asseguram.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1§ion=1)**

Braga vê espaço para aumentar o FNDR em mais R\$ 15 bilhões



Braga: "O Haddad não gosta muito dessa ideia. Mas acho que tem espaço para aumentar R\$ 1 bi ao ano"

Julia Lindner, Caetano Tonet, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta

Um dia após apresentar o seu parecer, o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MBD-AM), afirmou ao Valor que vê espaço para ampliar em mais R\$ 15 bilhões o aporte anual do governo federal no Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR), chegando a um total de R\$ 75 bilhões. A quantia contraria o entendimento do Ministério da Fazenda, mas atende ao pleito mínimo demandado pelos governadores.

O fundo regional terá como objetivo reduzir as desigualdades regionais e será pago pela União aos Estados.

Inicialmente, Braga sugeriu um valor para o FNDR que chegaria progressivamente a R\$ 60 bilhões ao ano - o que já representa um aumento de R\$ 20 bilhões em relação à versão da Câmara dos Deputados. A alteração foi negociada com a Fazenda, que cedeu para que a proposta de emenda à Constituição (PEC) pudesse avançar.

Agora, o relator diz que vai tentar viabilizar um novo incremento no texto até o fim das discussões da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Na véspera da apresentação do seu parecer, na terça-feira (25), Braga sinalizou a pessoas próximas que havia achado a quantia de R\$ 60 bilhões insuficiente e que iria tentar aumentá-la. O sentimento é compartilhado por outros senadores, que costumam

ser mais suscetíveis às pressões dos Estados.

Após a leitura do relatório de Braga, o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), concedeu vista coletiva (mais tempo para análise) de 15 dias. A votação da matéria no colegiado está prevista para o dia 7 de novembro.

O calendário prevê que a votação em plenário ocorra na mesma semana, mas senadores não descartam um adiamento diante de possíveis alterações.

"O [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad não gosta muito dessa ideia [de ampliar o FNDR].

Ele não está muito satisfeito com isso, mas acho que tem espaço para aumentar R\$ 1 bilhão ao ano até chegar ao total de R\$ 75 bilhões", declarou o relator ao Valor, nessa quinta-feira (26).

O fundo regional começa a ser abastecido em 2029 com R\$ 8 bilhões e vai subindo até chegar a R\$ 40 bilhões ao ano em 2033.

Pela proposta apresentada por Braga nessa quinta, o aumento extra será distribuído ao longo de dez anos. A partir de 2034, haverá um incremento de R\$ 2 bilhões ao ano, até alcançar os R\$ 60 bilhões anuais em 2043.

Para atingir a nova quantia, Braga diz que é possível fazer um incremento progressivo de mais R\$ 1 bilhão ao ano a partir de 2034 até chegar ao valor total.

A versão da **reforma tributária** que veio da Câmara dos Deputados estabelecia um aumento progressivo do fundo até atingir o teto de R\$ 40 bilhões em 2033.

Já os Estados pleiteiam um aumento que chegue entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões ao ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quinta que o aumento para R\$ 60 bilhões do FNDR proposto por Braga em seu parecer apresentado na quarta-feira é "pequeno" e "suportável".

Na visão de Haddad, é um pleito justo dos governadores. A declaração foi dada antes de o ministro tomar conhecimento da nova quantia

analisada por Braga.

O montante, disse o ministro, não compromete o equilíbrio fiscal, já que o impacto "ficou muito para frente". "É um valor pequeno por ano. Em um Orçamento de R\$ 2 trilhões de hoje, ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores.

Nós resolvemos acatar.

Ficaram os R\$ 40 bilhões e, depois da transição feita a cada ano, um aporte adicional", afirmou.

"Se comparar com outros fundos, vai ver que é uma coisa absolutamente suportável e que faz sentido. Estamos mudando, quase que inaugurando um regime tributário novo. Tem que ter alguma garantia de que não vai ter aumento das desigualdades regionais", acrescentou.

Haddad disse, ainda, que o texto apresentado por Braga merece ser celebrado por ter sido viabilizado após 40 anos de tratativas para que uma reforma tributária avance.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187698?page=1§ion=1)**

IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado (Editorial)

O projeto de **reforma tributária**, cuja iniciativa é um avanço para o país, trouxe concessões com o parecer do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Em termos de justiça tributária, a criação de nova alíquota, com desconto de 30%, para profissionais liberais, com renda bem acima da média da população, mostra a prevalência de grupos de interesse.

Essa prevalência se espalhou por outros pontos do texto e levará a alíquota do IVA a ser maior para todos. No equilíbrio entre União e Estados, as concessões feitas no Fundo de Desenvolvimento Regional, que atingirá R\$ 60 bilhões a perder de vista em duas décadas, retiram do Tesouro recursos que hoje não existem, e que talvez não existam no futuro. A ampliação das exceções, em regimes diferenciados, vai contra a simplificação buscada pela reforma. Há aprimoramentos pontuais em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A reforma transcorrerá no longo prazo (50 anos), mas, no curto prazo, não dialoga com o novo regime fiscal. O governo Lula precisa de aumento de arrecadação para cobrir gastos crescentes, mas o parecer de Braga cria uma trava à carga tributária sobre o consumo, cuja intenção é louvável, mas pode ser inexecutável. Ela se baseia em uma média de arrecadação entre 2012 e 2021, período que abrange a maior recessão da era republicana moderna. A estimativa é de que o limite corresponda a pouco mais que 12,5% do **PIB**.

Para cobrir despesas por definição em alta (entre 0,6% e 2,5% por ano), ou o **PIB** terá de crescer muito, ou o governo terá de ampliar a tributação do capital - o que tem sido dificultado pelo Congresso - ou o regime fiscal terá de ser mudado.

Além disso, como os senadores representam os Estados, a fatura apresentada à União é elevada. Os vários fundos que podem ser aprovados custarão R\$ 95 bilhões entre 2025 e 2028 (artigo de Cristiane Schmidt, Valor, 2 de outubro). Depois pode piorar. No Fundo de Desenvolvimento Regional, que permitirá aos Estados substituir a guerra fiscal, feita com isenções do ICMS e outras benesses, por recursos orçamentários, as compensações custeadas pela União somariam R\$ 160 bilhões até 2032. Ao atingir R\$ 40 bilhões naquele ano, o relator, em acordo com o governo, acrescentou mais R\$ 2 bilhões por ano até 2043, quando se estabilizará em R\$ 60 bilhões ao ano,

a perder de vista - não há prazo para o fim. Até aquele ano, serão desembolsados R\$ 688 bilhões.

A União financiará nesse fundo a ausência de recursos supostamente provocada pela queda de arrecadação motivada pela mudança da tributação para o destino. Eles serão destinados a investimentos em inovação, infraestrutura e um genérico "atração de investimentos". Esta é parte da história. A outra é contada pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que jogou no colo da União os custos da guerra fiscal, conduzida ilegalmente pelos Estados e condenada pelo Supremo Tribunal Federal. Os repasses começam com R\$ 8 bilhões em 2025, crescem à mesma razão a cada ano até atingirem R\$ 32 bilhões em 2029 e depois decrescem igualmente até 2032 - R\$ 160 bilhões reais, pois serão corrigidos pelo IPCA.

Além disso, o relator ampliou o seguro-receita de 3% para 5%, percentual do Imposto sobre Bens e Serviços, fruto da união de ICMS e ISS, que será destinado aos Estados e municípios que apresentarem maior queda de arrecadação.

A distribuição dos custos parece exagerar muito as perdas com a reforma. Estudo recente do Ipea mostrou que os resultados da mudança tributária serão auspiciosos para Estados e municípios - 60% dos primeiros e 82% das cidades ganharão receitas. A quase totalidade dos municípios que terão mais arrecadação está entre os que têm **PIB** per capita abaixo da média nacional e abrigam 67% da população brasileira.

O desequilíbrio das compensações não é o único problema.

O relator criou uma quarta alíquota, de 30% de desconto do IVA, para uma faixa considerável de cidadãos que têm rendimentos acima da média, a dos profissionais liberais (advogados, arquitetos, médicos, dentistas etc), que já contam com benefícios tributários vários, como o Simples. Os setores sujeitos a regimes específicos, cujas regras ainda serão definidas por lei complementar, passaram a incluir serviços de saneamento e concessão de rodovias, agência de viagens e turismo e todo tipo de transporte coletivo, inclusive o aéreo, que estava fora. Também cresceu a lista já extensa de setores com alíquota reduzida, nela

ingressando produções culturais, artísticas, desportivas, comunicação institucional e outras, além de produtos e insumos para a produção agropecuária, que já constava do projeto que veio da Câmara.

A cesta básica se desdobrou em outra, ampliada, com 40% de desconto do IVA, além da restrita, com alíquota zero. Dessa forma, os pobres, que gastam muito além dos demais segmentos de renda em alimentação, possivelmente terão redução líquida de **impostos**. Por outro lado, com a ampliação do número de alíquotas e regimes específicos, a carga total do IVA dificilmente será menor do que 27% e provavelmente será maior que isso. A reforma dos **tributos** ainda assim porá ordem no caos atual, embora se afaste das melhores práticas. A discussão no plenário do Senado não tende a aprimorá-la.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
IVA tende a ser maior com o aumento de exceções no Senado

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231026/>

Adam Smith, tributação e cashback (Artigo)



Eduardo Fleury

Eduardo Fleury é advogado e economista, consultor do Banco Mundial, sócio e head da área tributária de FCR Law, Mestre e Doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda), Especialista em Direito Empresarial nos EUA pela Harvard Extension School.

Consta no Evangelho de São Marcos que Jesus se reuniu à mesa com cobradores de **impostos**, entre eles Mateus, que viria a se tornar seu discípulo. Ouvindo reclamação dos escribas por se reunir com este "tipo" de pessoa, Jesus respondeu: "Não vim chamar os justos, mas os pecadores".

Justiça e **tributos** parecem não caber na mesma frase (ou mesa) desde os tempos de Cristo. A fim de esclarecer melhor a posição de Jesus na questão tributária, cabe citar o próprio São Mateus.

Jesus quando questionado se era lícito pagar "tributo a César, ou não", respondeu prontamente: "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus".

O sentimento de injustiça decorrente da cobrança de **impostos** fez com que a "ciência" da tributação evoluísse razoavelmente ao longo da história. Adam Smith há quase 250 anos já definia em seu livro "A Riqueza das Nações" (1776) princípios de tributação que são, ou deveriam ser, a base para um sistema

tributário justo e eficiente. É sobre estes princípios que gostaria de fazer comentários e mostrar o quanto são importantes para o Brasil no momento em que estamos discutindo a reforma no sistema de tributação.

Adam Smith analisa os tipos de **impostos** existentes à época. No entanto, ele dá muita atenção aos princípios tributários que chama de máximas. O primeiro deles estipula que a contribuição (tributo) para custear o governo deve ser, no máximo possível, proporcional às habilidades do contribuinte.

Quase 200 anos depois (1976) o prêmio Nobel J.E. Stiglitz e A.B. Atkinson ainda buscavam uma forma de medir as habilidades a fim de determinar a tributação ótima. Adam Smith sugeriu medir a habilidade a partir da receita obtida sobre a "proteção daquele estado". Temos este princípio refletido no texto da Constituição Federal onde os "os **impostos** ... serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte".

Adam Smith conclui que a observação ou não deste princípio seria a diferença entre equidade ou iniquidade do sistema tributário.

De quebra, o autor institui o princípio da territorialidade quando diz que o Estado tem direito de tributar o resultado daquilo obtido sobre a sua "proteção".

A próxima máxima proclamada pelo autor é que o imposto deve ser certo e não arbitrário. Isto é, a regra de cobrança deve ser previamente estabelecida e a cobrança do imposto será feita na forma e no tempo determinado.

Para aqueles que acham que a definição de tributo pelo nosso Código Tributário (CTN) foi algo pensado profundamente pelos seus autores, digo que podem estar enganados. Bastava passar os olhos nos dizeres de Adam Smith para definir tributo como uma prestação compulsória instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (regrada), como consta no CTN.

O fundador da ciência econômica acrescenta que a cobrança deve ser clara e simples, em outras palavras, nada de obscurantismo tributário que gere incertezas tributárias (e contencioso).

Fazendo um julgamento de valor ele afirma que mesmo um grau considerável de desigualdade na tributação é melhor do que um pequeno grau de

incerteza.

Para ele, a incerteza e por consequência a arbitrariedade é o pior dos males.

O terceiro enunciado de Adam Smith diz que o tributo deve ser cobrado no tempo e na forma que seja a mais conveniente para o contribuinte pagar. Seguindo este princípio, o contribuinte deveria gastar pouco tempo para pagar e declarar o tributo. O compliance tributário deve ser o menor possível para facilitar a vida do contribuinte. Tão básico, mas ainda não aprendemos.

Interessante é que no mesmo enunciado, o autor afirma que a cobrança do imposto sobre o consumo é mais conveniente para o consumidor-contribuinte. A ideia por trás desta afirmação é a de que ao contrário de tributar lucros e salários, que já reduz imediatamente o recurso na mão do indivíduo, o tributo sobre o consumo só é pago na medida que a pessoa decide comprar.

Aqui podemos sentir um "cheiro" da ideia de que tributo sobre o consumo não influencia a decisão de poupar do indivíduo.

Adam Smith ainda adiciona um quarto princípio onde ele se preocupa com o processo de arrecadação de **tributos**. O dinheiro que é retirado do bolso do contribuinte deve ser o mais próximo possível daquele que entra nos cofres públicos.

Uma máquina arrecadadora cara levaria a um aumento do imposto cobrado para cobrir os custos de cobrança.

A cobrança de multas sobre aqueles que tentam sonegar pode levar a empresa a ruína pondo um fim ao benefício econômico gerado por aquele empreendimento.

Em uma forma mais contemporânea de analisar esta afirmação pode nos levar à conclusão de que penalidades elevadas e, muitas vezes, desproporcionais, não são justas e são ineficazes em prevenir infrações.

O autor ainda faz uma curiosa afirmação sobre este assunto: a lei tributária, contra qualquer senso comum de justiça, cria a tentação e depois pune aqueles que se rendem a ela.

Falando ainda da administração tributária, Adam Smith passa perto do princípio do sigilo fiscal, ao afirmar que frequentes visitas da fiscalização podem levar a situação vexatória para o contribuinte, o que atrapalharia os negócios.

Além dos princípios básicos da tributação, o autor ao descrever os tipos de **impostos** existentes acaba tirando conclusões bem atuais e aplicáveis à atual **reforma tributária** do consumo. Em uma destas passagens Adam Smiths conta que em 1727, na localidade de Montauban na França, o imposto sobre as terras estava sendo cobrado com base em um regime desatualizado e injusto. Segundo a descrição que consta no seu livro "A Riqueza das Nações", dois distritos eram, pelo sistema antigo, igualmente tributados em mil livres (moeda à época). Porém, considerando a habilidade de pagamento, uma propriedade em um distrito deveria pagar 900 livres e a outra 1.100 livres. A solução encontrada pelo governo foi aplicar a tributação de 1.100 livres no distrito que tinha capacidade de pagamento e transferir 100 para o outro distrito fazendo com que este pagasse efetivamente os 900. Parece que o cashback não é uma novidade na área tributária com estamos alardeando recentemente.

Adam Smith diz que o tributo deve ser cobrado no tempo e na forma que seja a mais conveniente para o contribuinte pagar.

Assim, contribuinte deveria gastar pouco tempo para pagar e declarar o tributo. Tão básico, mas ainda não aprendemos

Site: <https://valor.globo.com/imprensa/20231026/>

Era melhor ter menos exceções, mas parecer do Senado é avanço, diz Appy



Appy: "Relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação"

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana

O ideal seria a **reforma tributária** ter menos exceções, disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, um dia após a divulgação do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM). Mas, considerando o quadro atual, o texto apresenta um avanço importante: "Eu acho que o relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação no Senado." As novas exceções, admitiu o secretário, foram necessárias para criar condições políticas para a proposta avançar. Contudo, Appy classificou de "injustificável" a criação de uma alíquota favorecida para beneficiar profissionais liberais. Também considerou que "não é bonito" incluir a aviação no tratamento tributário diferenciado.

E disse não entender por que comunicação institucional entrou nas exceções.

Todos esses tratamentos favorecidos, disse, retiram em parte o potencial de impulsionamento do crescimento econômico da reforma.

Além disso, abrem flancos para litígios na Justiça. Há, ainda, um efeito sobre a alíquota-padrão.

Calculada em até 27% com base na versão aprovada na Câmara dos Deputados, ela poderá ficar maior.

No entanto, não chegará aos 30% estimados pelo ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, disse.

O secretário considerou "estranha" a forma como o relatório de Braga alterou o Imposto Seletivo para permitir sua cobrança sobre atividades de extração, com alíquota máxima de 1%. De um lado, parece acenar com uma espécie de "carbon tax" sobre a extração de petróleo. De outro, limita essa taxa a 1%, o que seria pouco para um tributo do tipo.

De positivo, o secretário destacou a revisão quinquenal das alíquotas beneficiadas, a limitação dos produtos que entrarão na cesta básica com alíquota zero e a criação de um regime especial para parte dos serviços de transporte de passageiros.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: O que o senhor achou do relatório da reforma?

Bernard Appy: É preciso entender que temos de ter um relatório que tenha condição de ser aprovado. No Senado, quando chegou a PEC vinda da Câmara, havia muita desconfiança sobre alguns pontos. Eu acho que o relatório do senador Eduardo Braga caminha bastante bem para criar um ambiente favorável à aprovação no Senado.

Valor: Isso do ponto de vista político, e do ponto de vista técnico?

Appy: Do ponto de vista estritamente técnico, seria melhor não só não ter incorporado novas exceções, mas até ter reduzido as da Câmara. Mas, na negociação política acaba sendo inevitável que entrem algumas novas exceções.

Desse ponto de vista das questões setoriais, tem um lado, digamos, negativo, de novas exceções, mas também tem um lado positivo de amenizar alguns pontos que vieram da Câmara.

Valor: Por exemplo?

Appy: Um deles de se transferir uma parte do transporte público de passageiros que estava com alíquota reduzida para regime específico. Isso dá mais flexibilidade.

O segundo é a cesta básica, uma parte com alíquota zero e outra com alíquota reduzida. Enquanto o texto que vinha da Câmara criava uma pressão muito grande para todos os produtos entrarem na cesta básica de alíquota zero. E tem um terceiro ponto positivo: a previsão de revisão quinquenal dos benefícios de alíquota reduzida, prevendo, inclusive, a possibilidade de que aqueles que não estiverem sendo julgados eficientes possam retornar à alíquota padrão.

Valor: Mas o que o senhor achou das novas exceções?

Appy: Algumas são injustificáveis, como profissionais liberais.

Mas faz parte do debate político.

Valor: Essas exceções adicionadas diminuem o potencial de ganho da reforma?

Appy: Quando há concessões e tratamentos favorecidos, tem dois efeitos. Um é o efeito sobre alíquota padrão. Se estou tributando menos um setor, tenho de tributar mais os outros para manter a carga tributária.

Valor: Já está claro qual será o efeito do relatório sobre a alíquota padrão? Ela vai subir? O ex-ministro da fazenda Máílson da Nóbrega falou em 30%.

Appy: Não chega a 30%, não.

Estamos fazendo as contas ainda, mas não chega a 30%. O aumento da alíquota padrão é uma disputa setorial.

Valor: E o efeito das exceções sobre o crescimento do **PIB**?

Appy: Realmente retira um pouco do efeito positivo da **reforma tributária**. Quando há exceções, há um custo adicional de conformidade e você cria um espaço de litígio. Exatamente por conta da questão da classificação.

Mas é importante entender que, perto do que temos hoje, essas exceções são muito menores.

Valor: Quer dizer que há um incremento do **PIB** um pouco menor do que seria com o texto aprovado na Câmara?

Appy: Sim, tira um pouco do efeito positivo da **reforma tributária**.

Então, em relação a que tem hoje, é um avanço relevante.

Mas, em relação ao que poderia ser [num regime] sem nenhuma exceção, é uma piora que não é desprezível.

Valor: Existe espaço político para tentar reverter as exceções?

Appy: Acho que temos a chance nessa revisão quinquenal.

Valor: Tecnicamente, a exceção menos justificável é mesmo para os profissionais liberais?

Appy: Transporte aéreo também não é muito bonito, certo? No fundo, as pessoas esquecem que vão recuperar crédito. Profissionais liberais certamente não é bonito.

Valor: E saneamento e concessões?

Appy: Saneamento já era esperado.

Comunicação institucional também entrou como alíquota reduzida. O que é comunicação institucional? É marketing? É propaganda? Se cria um espaço de litígio na definição do que é comunicação institucional.

Valor: O que o senhor achou do limite de carga tributária?

Appy: O ideal era não ter teto.

No teto, que foi definido o período de referência, que vai de 2012 a 2021, é uma carga de fato média em termos históricos da arrecadação dos **tributos** afetados pela reforma. Não é muito alto e nem muito baixo.

Valor: É de 12,5% do **PIB** mesmo?

Appy: Sim, 12,5% do **PIB**, pela forma como o Tesouro contabiliza a receita.

Valor: Como vai funcionar?

Appy: Do jeito que foi redigido, tem dois momentos de ajuste.

Um em 2030, para CBS, caso em 2027 e 2028 a arrecadação de CBS e Seletivo, como proporção do **PIB**, supere a arrecadação de PIS/Cofins, IPI e IOF sobre seguros como proporção do **PIB** entre 2012 e 2021. Um segundo ajuste em 2035, das alíquotas da CBS e das alíquotas estadual e municipal do IBS. Tem algum risco nesse ajuste? Existe. Mas não gera grande risco fiscal, porque entes mantêm sua autonomia de fixar suas alíquotas. Se tiver algum ajuste, acredito que não seja muito grande.

Valor: Mas isso não gera desequilíbrio para os Estados?

Appy: Certamente, nada parecido com efeito da lei complementar 194 aprovada no ano passado.

Valor: Fixar esse teto não pode criar um problema no longo prazo?

Appy: O teto só é aplicado duas vezes. Uma em 2030, para a CBS.

Depois, em 2035, para IBS e CBS.

No final da transição, será fixada num nível que não excede esse parâmetro de carga tributária. A partir daí, para a frente, não existe mais o teto.

Valor: Então porque ele é problemático?

Appy: Ideal seria não ter, porque pode ser que isso exija algum ajuste na alíquota de referência, o que pode ter algum efeito sobre a gestão fiscal dos Estados e municípios. Mas volto a falar, não é um risco muito grande.

Valor: E a inclusão do imposto seletivo sobre extração?

Appy: Do ponto de vista do governo, amarrou-se um pouco o Seletivo, porque ele se tornou mais rígido. Foi uma decisão política.

É engraçado, porque você cria o imposto sobre extração e, ao mesmo tempo, limita a alíquota há um máximo de 1%.

Valor: Parece que o relator tentou travar a carga.

Appy: Ficou um pouco estranho, porque estou criando a possibilidade usar o seletivo como "carbon tax" na extração de petróleo, mas se limita a alíquota em 1%. Mas o instrumento [o Imposto Seletivo] foi mantido.

Aquilo que é mais importante, que é ter um instrumento de política extra fiscal, foi mantido.

Valor: A ideia não era usar só sobre cigarros e bebidas alcoólicas?

Appy: Sim. O governo nunca pensou em usar um Imposto Seletivo com fins arrecadatórios. O próprio desenho dele, que 60% da receita vai para Estados e municípios, não cria incentivo para usá-lo com fins arrecadatórios.

Valor: No caso da indústria extrativista, há queixas de

que há uma bitributação e de repasse de custo ao consumidor.

Appy: Foi uma decisão política que cria essa possibilidade de custo na cadeia. Ao mesmo tempo, a própria decisão política limitou esse custo a essa alíquota de 1%.

Valor: Mas cria um custo, inclusive sobre petróleo.

Appy: Mas ao mesmo tempo, limita esse custo.

Valor: Mas que não será substituído.

É um custo a mais.

Appy: Não vão ser substituídos.

Valor: Mas um dos objetivos da reforma era não exportar tributos.

Appy: Foi decisão política.

Valor: E aquele artigo que permitia aos Estados a criação de contribuição sobre produtos primários e semielaborados?

Appy: Virou um artigo que permite a manutenção da cobrança até 2032. No fundo, só permite no período em que ainda existir o ICMS. O efeito, na prática, é de dar segurança jurídica para os Estados que já têm esses fundos, porque tem questionamento judicial sobre eles. Mas ele não mantém isso depois do fim da transição. E antes ia até 2043.

Valor: Restringiu, então?

Appy: A redação que saiu da Câmara era extremamente aberta.

Um Estado que tributa a 1,8% a venda de soja poderia criar uma alíquota de 20% sobre celulose, por exemplo. Agora, o texto diz que é só até 2032. E é só a alíquota que existe hoje sobre os produtos. Restringe bastante o alcance desses fundos.

Valor: E as mudanças no Conselho Federativo, que agora passou a se chamar Comitê Gestor?

Appy: Acho que o relatório tornou mais claro aquilo que era o objetivo desde o começo: um órgão responsável pela gestão administrativa.

Nunca se pretendeu que tivesse funções políticas.

Valor: Interfere no trabalho que vocês estão aqui fazendo em relação à operacionalização? ?

Appy: Não. Tira só a competência de poder apresentar projeto de lei.

Valor: As leis que regulamentarão a reforma serão enviadas ao Congresso no início dos trabalhos legislativos de 2024?

Appy: Não sei. Vai ser corrido, mas a ideia é mandar o mais cedo possível. O ideal é trabalhar num texto conjuntamente com os Estados e municípios. Do jeito que saiu do Senado, acho que as questões federativas estão basicamente resolvidas na PEC.

Valor: "Resolvidas" é uma palavra forte, não?

Appy: Está lá. Está dado. Não vai ficar para lei complementar.

Portanto, acho que o grande desafio da lei complementar será nas questões setoriais, sobre como serão os regimes específicos.

Valor: Apesar de todas as críticas, qual é a avaliação geral que você faz do relatório?

Appy: Em relação ao que temos hoje, é um avanço muito significativo.

Óbvio que o ideal seria ter uma reforma com menos exceções.

Mas, considerando o que existe hoje, ainda é um avanço muito significativo.

"Do jeito que saiu do Senado, acho que as questões federativas estão basicamente resolvidas na PEC"

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231026/>

Dólar cai a R\$ 4,94 após dados de inflação nos Estados Unidos

O dólar registrava forte queda na manhã desta sexta-feira (27) e chegou a ser negociado a R\$ 4,93 na mínima do dia após a divulgação de novos dados sobre a **inflação** americana.

O índice PCE, acompanhado de perto pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano), permaneceu em 3,4% em setembro, em linha com o esperado pelo mercado. Além disso, o núcleo do índice de gastos de consumidores, que exclui itens mais voláteis, caiu para 3,7%, ante 3,8% no mês anterior, atingindo seu nível mais baixo em dois anos.

Os novos dados aliviaram temores sobre um novo aumento de juros na próxima reunião da autoridade monetária do país, pesando contra a moeda americana.

Já a Bolsa brasileira abriu em alta em meio à divulgação de balanços corporativos de empresas relevantes do Ibovespa, como Vale, Suzano e Usiminas, além de dados de produção da Petrobras.

Às 10h21, o dólar caía 0,90%, cotado a R\$ 4,945, enquanto o Ibovespa subia 0,19%, aos 115.004 pontos.

Na quinta (26), a Bolsa brasileira subiu 1,72% e atingiu os 114.776 pontos após divulgação do IPCA-15 de outubro, que desacelerou em relação a setembro, e com o avanço das pautas econômicas do governo no Congresso Nacional.

Já o dólar passou o dia rondando a estabilidade, mas fechou a sessão em leve queda de 0,20%, cotado a R\$ 4,990. Apesar do cenário local positivo, a moeda americana foi beneficiada por dados econômicos mais fortes que o esperado nos Estados Unidos.

As curvas de juros futuros brasileiras tiveram forte queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 caíram de 10,92% para 10,80%, enquanto os para 2027 foram de 10,99% para 10,75%.

O alívio nas curvas deu força às companhias brasileiras e garantiram o forte desempenho do Ibovespa nesta quinta, com as maiores altas do dia sendo das "small caps", empresas menores e mais sensíveis aos indicadores domésticos. O índice que reúne esses papéis subiu 2,05%.

O destaque positivo ficou com o setor de varejo: Carrefour, GPA e Assaí lideraram as altas do dia com avanços de 6,38%, 6,10% e 6,07%, respectivamente.

Na ponta negativa, a Petrobras foi a única entre as mais negociadas da sessão a registrar queda, pressionada tanto pelo recuo do petróleo no exterior quanto por recentes movimentações sobre mudanças no Estatuto Social da companhia.

Os negócios locais foram apoiados, ainda, pelo avanço das pautas econômicas no Congresso.

Na quarta (25), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei sobre a tributação de fundos exclusivos e offshores, uma das medidas do ministro Fernando Haddad (Fazenda) para aumentar a arrecadação e cumprir as novas regras fiscais.

Além disso, a **reforma tributária** também avançou, com a apresentação do relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Com Reuters

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Dólar cai a R\$ 4,94 após dados de **inflação** nos Estados Unidos

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/dolar-cai-a-r-494-apos-dados-de-inflacao-nos-estados-unidos.shtml>

Reforma Tributária: senadores afirmam que controle de exceções é de responsabilidade do governo

Após a apresentação do relatório da **Reforma Tributária** por Eduardo Braga (MDB-AM), senadores já começaram a se articular para sugerir modificações no texto.

Questionado sobre o elevado número de exceções da proposta, Braga afirma que caberá ao governo sugerir os modelos para os regimes específicos em leis complementares, podendo ter maior ou menor impacto sobre a reforma.

- A governança é deles. Se o governo for incompetente e não souber negociar. Eles tem que saber jogar - disse Eduardo Braga em entrevista ao GLOBO.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma tem uma lista de setores com redução da alíquota da reforma e outra com setores que terão um regime de tributação diferenciado. Essa segunda lista de exceções ainda vai ser discutida pelo Congresso, no futuro, em uma específica.

O futuro projeto de lei será de autoria da equipe econômica do governo, que precisará calcular alíquotas e impactos para cada setor tratado como especial. Em seguida, será necessária a articulação com o Congresso Nacional para manter o texto governista.

A lista de regimes específicos no relatório de Braga contempla oito setores, entre eles: combustíveis e lubrificantes; serviços financeiros; serviços de hotelaria, agências de viagens e turismo, bares e restaurantes; serviços de saneamento e de concessão de rodovias; serviços de telecomunicações. No texto da Câmara, eram cinco os setores contemplados.

O texto que veio da Câmara tinha nove setores contemplados com alíquota reduzida em 60%. Braga aumentou para 13 segmentos. Entre as alíquotas reduzidas, ficaram: serviços de educação; medicamentos; alimentos destinados ao consumo humano; produtos de higiene pessoal e insumos agropecuários.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) avalia que

serão necessárias alterações pontuais para garantir a aprovação do texto.

O líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), por exemplo, quer a inclusão de mais setores no regime específico: serviços públicos concedidos ao setor privado, como aeroportos e ferrovias (rodovias e saneamento já estão incluídos no texto), e atividades ligadas à economia verde, que lida com recursos renováveis e eliminação de gás carbônico.

O senador ainda sugere a ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) de R\$ 60 bilhões para R\$ 70 bilhões por ano. Esse fundo começará a ser irrigado com R\$ 8 bilhões em 2029 até atingir o valor cheio em 2043, sempre atualizado pelo IPCA.

- Além da questão ambiental, a nossa maior preocupação é evitar que os consumidores sejam penalizados com aumento de tarifas. As concessionárias de serviço público são meras repassadoras - disse o senador.

Já o governista Jorge Kajuru (PSB-GO) avalia que Braga não fará mudanças substanciais no relatório, com inclusão de mais exceções, mas pode fazer "pequenos ajustes" como calibragem de alíquotas reduzidas.

- O Braga ouviu todos os segmentos. O problema é que ele apresentou e obteve apoio do Haddad. Ele não muda mais não. Pequenas modificações sim, mas não relevantes. O que ele vai ceder é para senadores em pequenos pontos. É questão de percentual. Tem gente contra o Perse, que foi minha emenda, mas ele não vai retirar.

O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o relatório foi construído com a Fazenda e não acredita em alterações.

- O Senado pode mudar, mas não acredito nisso, pois o relatório está bem redondo - disse ao GLOBO.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/27/reforma-tributaria-senadores-afirmam-que-controle-de->

excecoes-e-de-responsabilidade-do-governo.ghtml

Reforma Tributária: governadores do Centro-Oeste protestam contra modelo de Fundo Regional

Governadores do Centro-Oeste como Mauro Mendes (MT) e Ronaldo Caiado (GO) não se sentiram contemplados pela divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação, no relatório de Eduardo Braga (MDB-AM) da **Reforma Tributária**.

Isso porque a divisão inclui dois cálculos: critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que privilegia os entes mais pobres, e o total da população.

Considerando os dois pontos, os estados devem ser menos favorecidos porque o Centro-Oeste têm um **PIB** alto, principalmente pelo rendimento econômico do agronegócio, que se mantém aquecido, e têm baixa população. Os cálculos atendem, preferencialmente, os estados do Norte e Nordeste, que tem um **PIB** per capita mais baixa, e os estados do Sul e Sudeste, que têm uma população maior.

- O critério de distribuição é horrível. Isso ferra com os estados menos desenvolvidos e de pouca população - disse o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes.

O mesmo protesto é feito pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

- Não imaginava ser possível, mas o relator conseguiu piorar o texto. FDR atende os estados mais desenvolvidos - disse.

O relator Eduardo Braga, porém, rebate dizendo que os estados do Centro-Oeste vão ter direito à manutenção dos fundos estaduais, além do FDR. Eduardo Braga manteve os fundos com financiamento do ICMS, até sua extinção, em 2033. Mas retirou o trecho que abria uma brecha para a criação de novos **impostos** sobre produtos primários e semielaborados.

- Além dos fundos estaduais estarem preservados, está assegurado o fundo de compensação durante o processo de transição. A coisa foi bem equilibrada, nenhum estado pode dizer que foi preterido - afirmou Braga.

O FDR começa com R\$ 8 bilhões em 2029 e sobe

gradualmente até atingir R\$ 60 bilhões a partir de 2043.

A equipe do senador fez uma estimativa de quanto cada estado deve ganhar com o modelo de distribuição do FDR, até 2033, quando ele atingirá um valor de R\$40 bilhões, e até 2043, quando ele atingirá um valor de R\$ 60 bilhões. O Mato Grosso terá uma parcela de R\$738 milhões em 2033, chegando ao montante de R\$ 1,1 bilhão em 2043.

Braga também citou como exemplo São Paulo, que deve receber R\$2,9 bilhões, em 2033, e R\$4,4, em 2043. Já o Amazonas vai receber R\$1,6 bilhão e R\$2,4 bilhões em 2044.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/27/reforma-tributaria-governadores-do-centro-oeste-protestam-contramodelo-de-fundo-regional.ghtml>

Longe do ideal, reforma tributária é melhoria substancial

Em entrevista à DW, Edmar Bacha destaca importância desta reforma para a economia brasileira. Mudança deve trazer mais arrecadação a médio prazo e longo prazo. Longe de ser ideal pelo volume de reduções ou isenções de alíquotas, a **reforma tributária** poderá representar melhoria substancial na tributação do consumo no país, caso o parecer do relator seja acolhido no Senado. A avaliação é do economista Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real, sobre o relatório da reforma apresentado nesta quarta-feira (25/10) pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM).

Gostei especialmente da determinação que todas as isenções sejam submetidas a cada cinco anos a uma avaliação de custo-benefício, podendo ser reduzidas ou eliminadas, disse o economista à DW.

Para Bacha, a **reforma tributária** teria o potencial de impactar a economia nacional de maneira semelhante ao Plano Real, caso não tivesse sido modificada com a inclusão de jabutis - regras alheias à proposta original - durante a tramitação na Câmara dos Deputados. O plano econômico, adotado na década de 1990, foi um marco no combate à **inflação**, estabilizou a economia e criou condições positivas para a atividade e o investimento.

A previsão é que a proposta do relatório seja votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na primeira semana de novembro e então seguirá para a avaliação do plenário.

A reforma unifica a **legislação tributária** e transforma cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) em três: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo. Cada um terá um período de transição para entrar em vigor.

Em entrevista à DW, Bacha comentou ainda a evolução da economia brasileira este ano, a situação fiscal e a fragilidade do ambiente externo, com as guerras em curso e o turbulento processo eleitoral argentino.

DW: Que eixos devem ser encarados pelo governo para um arranjo econômico melhor para o país?

Edmar Bacha: A coisa mais importante é **reforma**

tributária. A **reforma tributária**, da maneira como foi concebida inicialmente, poderia ter um impacto sobre a economia brasileira parecido com o que o Plano Real teve. Uma unificação dos **impostos**, simplificação tributária, tarifa única para todos os produtos, bens e serviços. Isso seria extraordinário porque a complexidade do sistema tributário sobre o consumo no Brasil é extraordinária. As firmas têm de criar sistemas contábeis complexos. Têm de estar permanentemente acionando o governo. A quantidade de disputas policiais tributárias que existem no Brasil é sem paralelo no mundo.

Como avalia a tramitação na Câmara?

Resolver esse problema seria uma maravilha, mas para isso é preciso haver uma unificação. Em parte, porque o presidente Lula não se empenhou e em parte porque o Arthur Lira [presidente da Câmara dos Deputados] queria mandar a coisa para a frente. De qualquer jeito, criaram uma proposta que foi aprovada na Câmara com uma centena de jabutis, que distorcem totalmente a ideia inicial dessa simplificação e unificação dos **impostos**. Então, agora, a expectativa seria uma recomposição da proposta original no Senado. Mas para isso é preciso que o governo esteja lá dentro.

Como avalia o relatório da **reforma tributária** apresentado pelo senador Eduardo Braga?

Numa primeira e rápida leitura me parece que o parecer, embora longe do ideal dado o número de exceções ao tributo padrão, se acolhido representaria uma substancial melhoria em relação ao atual sistema de tributação do consumo. Gostei especialmente da determinação que todas as isenções sejam submetidas a cada cinco anos a uma avaliação de custo-benefício, podendo ser reduzidas ou eliminadas por legislação infraconstitucional.

Quais as expectativas de médio e longo prazo com a reforma?

Essa **reforma tributária** do consumo não necessariamente vai gerar a curto prazo aumento de **impostos**. A médio prazo e longo prazo sim, não porque aumenta a carga tributária, mas porque aumenta o **PIB**. Aumentando o **PIB**, aumenta a arrecadação. Então um eixo fundamental que falta

seria concentrar esforços para uma **reforma tributária** de consumo de primeiro mundo, como era na proposta original. Agora para poder fazer isso, é preciso cuidar da segunda parte, que é a redução do gasto. Porque senão o déficit aumenta, mas aí o governo fica concentrando esforços em outras coisas para aumentar a receita. Essa é uma questão central que precisaria ser remediada.

Este ano a economia avançou de alguma forma e que desafios existem?

Em geral, podemos dizer que a economia está se comportando melhor do que os economistas prediziam no começo do ano, dado especificamente o fato de o Congresso ser dominado pelo Centrão e o governo do PT ser muito ainda dentro de lógica estatal protecionista e muito pouco reformista, como o Brasil precisa. Então, havia essa perspectiva de que a maneira de conciliar o nacional estatismo do lulopetismo com a voracidade do Congresso, do Centrão, seria gastar mais. E isso oferecendo uma perspectiva muito ruim, em termos não somente fiscal, mas do crescimento da dívida e da necessidade de o Banco Central manter juros reais muito altos por muito tempo.

E como foi a evolução?

Comparado com essa perspectiva, estamos indo melhor do que se esperava. Apesar de o Centrão estar basicamente sob o controle de Arthur Lira. Por um lado, tem esse lado fisiológico, mas por outro também tem uma certa preocupação com a situação fiscal. De fato, o controle da situação fiscal está na mão do ministro da Fazenda, o Fernando Haddad, que é uma pessoa muito sensata. E, nesse sentido, as coisas estão melhores do que a gente previa.

Ele faz um bom trabalho?

Com certeza. O problema do Haddad, nem é a oposição. O problema do Haddad é o fogo amigo e a dificuldade de lidar com essa voracidade característica tanto do Centrão quanto essa visão ideológica do PT, sintetizada anos atrás pela ex-presidente Dilma Rousseff de que gasto é vida. Essa ideia de que o país vai para frente se o governo gastar mais. Ele está tratando de lidar com essa situação. Agora, a questão fiscal brasileira continua fundamentalmente em aberto. O que preocupa? Há a discussão sobre a dificuldade de cumprir os superávits fiscais previstos estes dois anos.

Visto de hoje, é praticamente impossível cumprir a meta fiscal. Porque o governo insiste em gastar mais, se recusa a considerar propostas de reforma administrativa, reforma previdenciária, prosseguir no programa de privatizações, que poderiam reduzir o

gasto. E fica nessa crença de que, entre aspas, taxando os ricos eles vão conseguir tapar o buraco. Nós sabemos, obviamente, que a taxação dos fundos offshore, dos fundos fechados, é mais do que devida. Mas ela não vai gerar os recursos suficientes no nível que o governo necessita para cumprir as metas fiscais.

Na perspectiva da arrecadação, um crescimento maior ou alguma medida poderia beneficiar o atingimento das metas?

O problema é aonde que vai sair o crescimento. Este ano está surpreendendo, não é? Mas o ambiente externo está muito ruim. Há mais uma guerra no mundo, como se não bastasse a Ucrânia ser invadida pela Rússia. A tensão continua entre a China e os Estados Unidos. O ambiente externo está muito frágil.

E localmente, na nossa região, as eleições na Argentina, enfim, estão totalmente turbulentas. Tudo indica que a Argentina vai entrar numa hiperinflação. O que será péssimo para eles, mas muito ruim também para o Brasil. Nessas circunstâncias, era preciso um pouco mais de tranquilidade. E fazer uma revisão dos gastos para assegurar que o Brasil mantenha alguma perspectiva de continuado acesso ao mercado internacional tanto de bens quanto de capital.

Acredita que a Argentina precisará passar por uma experiência de extrema direita, como o Brasil passou?

Acho que não é uma questão de extrema direita. É questão de como a Argentina vai conseguir lidar com essa **inflação** galopante. E com uma defasagem, já deve estar até mais 150%, o dólar blue [cotação paralela] deve estar chegando a quase mil pesos. E acelerando, com a perspectiva de Javier Milei ameaçando fazer uma dolarização imediata. A Argentina tem reservas internacionais negativas e isso só pode ser feito se liquidar o valor do peso, ou seja, se houver uma hiperinflação, que será extremamente penosa, especialmente para as classes mais baixas da Argentina. Os trabalhadores que não têm acesso a dólares.

A desvalorização, caso feito, seria um novo choque de empobrecimento no país?

Com certeza, mais ainda do que está acontecendo. Quem carrega peso hoje em dia são os trabalhadores, o pessoal mais pobre. Enfim, se você acelerar a **inflação**, quem vai sofrer, vai ser um sofrimento terrível. Sabe-se lá o que é que vai resultar disso? Enfim, a situação é muito preocupante.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/longe-do-ideal-reforma-tributaria-e-melhoria-substancial,0a3d3e6ecfb06b38dc0d974f0aa5236fajqm8ts>

7.html

Taxar grandes fortunas pode ser uma medida antirracista

Não há país menos desigual sem redistribuição de renda. Não há aplicação de políticas públicas antirracistas efetivas que não pressuponha redistribuição de renda, afirma a colunista. Nesse mês de outubro, comemoramos o 35º aniversário da nossa Constituição que segue em vigor. Promulgada em 1988, a nova Constituição foi festejada de maneira ansiosa por uma parcela expressiva da população brasileira, pois marcava o fim de mais de duas décadas de ditadura militar no Brasil - período no qual uma série de direitos foram sistematicamente violados, e a democracia ficou suspensa.

O desejo pela democracia cidadã organiza diversos pontos da Constituição, numa proposta abertamente progressista (mesmo que a la brasileira). E ali no item sete do artigo 153 que versa sobre os **impostos** que compete à União instituir está: grandes fortunas, nos termos de lei complementar .

É isso mesmo, o maior e mais importante contrato social e político do Brasil previa a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, por meio da formulação de leis complementares e futuras. Acontece que esse futuro nunca chegou.

Mais de três décadas se passaram e a possível cobrança de **impostos** sobre grandes fortunas - que existe em diversos países tidos como primeiro mundo, vale dizer - gera uma série de debates acalorados, mas não se efetiva em termos legais e práticos.

O debate recente sobre a **reforma tributária** trouxe uma vez mais a possibilidade de taxação das grandes fortunas do país - uma grandeza que sequer foi dimensionada, tendo em vista que a compreensão sobre o que seria o recorte inicial dessas grandes fortunas pode variar de um patrimônio de 2 milhões, segundo um Projeto de Lei Complementar (PLP) apresentado em 2008, até mais de 50 milhões, como o previsto em um PLP de 2020.

Mas o fato é que esse imposto incidiria sobre uma parcela ínfima da população, menos de 1%. Existem diferentes propostas de taxação, porém, nas versões que defendem alíquotas progressivas, os cálculos apontam que a arrecadação poderia alcançar até R\$ 40 bilhões por ano.

40 bilhões representa quase 25% do orçamento do

Ministério da Educação que, segundo o Portal da Transparência, terá em 2023 despesas previstas girando na casa dos 180 bilhões. Imaginem a diferença que esse dinheiro faria se bem aplicado na educação ou na saúde pública brasileira?

Taxação antirracista

Para aqueles que defendem a criação e aplicação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) existe uma argumentação importante de ser pontuada: a frequente improdutividade dessas fortunas. E, aqui vale lembrar: estamos tratando de fortunas de pessoas físicas, não de empresas ou indústrias - uma dimensão que também precisa ser levada em conta frente a argumentos tendenciosos que defendem que, se implementado, o imposto gerará uma fuga de capitais .

Mas há outra faceta fundamental na defesa da taxação de grandes fortunas: a possibilidade dela ser elaborada e aplicada dentro de uma perspectiva antirracista. Afinal, quem são os multimilionários brasileiros? Salvo raríssimas exceções, são homens brancos que, apesar dos possíveis esforços pessoais e familiares, surfaram nas muitas camadas de privilégio que a população branca usufruiu e segue usufruindo.

É preciso lembrar que durante muito tempo as maiores fortunas do país estiveram diretamente ligadas ao tráfico de africanos escravizados e à escravização dessas pessoas e seus descendentes. A relação é de tal intensidade que dificilmente uma família rica do século 19 não era proprietária de escravizados (geralmente donos de centenas deles). Só que desde meados da década de 1830, grande parte dos africanos escravizados no Brasil estava nessa condição de maneira ilegal, segundo as leis do próprio Brasil. Ou seja, uma parte significativa das fortunas construídas no século 19 foi feita na ilegalidade. E isso parece não ser um problema moral para ninguém, pois quem pagou por essa ilegalidade é quem segue pagando o pato (e também **impostos** muitas vezes desproporcionais à sua renda): a população negra.

Mesmo que a engrenagem da economia brasileira tenha mudado com a abolição da escravidão (1888) e a proclamação de República (1889), não podemos fugir ao fato de que ser rico segue sendo um privilégio

quase que exclusivamente de brancos. E aqui, prefiro me poupar dos discursos meritocráticos que não têm nenhuma densidade analítica.

Não há um país menos desigual sem redistribuição de renda. Não há aplicação de políticas públicas antirracistas efetivas que não pressuponha redistribuição de renda. Que isso não seja perdido de vista.

Mestre e doutora em História Social pela USP, Ynaê Lopes dos Santos é professora de História das Américas na UFF. É autora dos livros *Além da Senzala. Arranjos Escravos de Moradia no Rio de Janeiro* (Hucitec 2010), *História da África e do Brasil Afrodescendente* (Pallas, 2017), *Juliano Moreira: médico negro na fundação da psiquiatria do Brasil* (EDUFF, 2020) e *Racismo brasileiro: Uma história da formação do país* (Todavia, 2022), e também responsável pelo perfil do Instagram [@nossos_passos_vem_de_longe](https://www.instagram.com/nossos_passos_vem_de_longe).

O texto reflete a opinião da autora, não necessariamente a da DW.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/taxar-grandes-fortunas-pode-ser-uma-medida-antirracista,3a719823873ee60dedfedefc9a6ba5a60gv3nmz.html>

Reforma tributária classifica o Brasil como 'aluno nota 5'

Por Gabriel Leal de Barros

O texto da **reforma tributária** apresentado na quarta-feira pelo relator afasta o país do modelo 1st best de IVA, como o proposto originalmente por Bernard Appy na PEC 45, mas ainda assim é melhor do que o atual sistema. A versão apresentada amplia as exceções e entrega uma reforma de 4ª divisão, mas que é melhor do que estar fora do campeonato.

De forma relativa, a original PEC 45 colocava o país na 1ª divisão em matéria de boas práticas tributárias de IVA, é o 1st best. A tentativa de acomodar a PEC 110 em nova versão piorou a qualidade da reforma original, para um 2nd best, versão subótima. A versão aprovada na Câmara, com compêndio conhecido de exceções, deteriorou ainda mais a qualidade e produziu uma reforma 3rd best. A mais recente versão apresentada à CCJ do Senado pelo relator, ao ampliar os setores que terão regimes específicos e diferenciados, dá um passo adiante no sentido de entregar uma reforma cada vez mais distante daquela que entrega maior "output" macro, de produtividade e crescimento potencial.

O aumento do custo fiscal em R\$ 20 bilhões para o FNDP não deve, naturalmente, ser comemorado e é um problema adicional às exceções e regimes diferenciados propostos supracitados. No entanto, é útil registrar que a possibilidade de tributação da extração de petróleo e mineração com alíquota máxima de 1% pode acabar compensando esse ônus fiscal adicional. Ambos os pontos são mera constatação do texto apresentado e não juízo de valor ou avaliação de mérito.

A proposta tem e acumula problemas de design tributário e, se aprovada desta forma no plenário de ambas as casas, deverá aproximar a tributação no Brasil de algo similar ao praticado na Índia, que tem 5 alíquotas e fez reforma em 2017, colhendo resultados positivos em termos de arrecadação, ambiente de negócios e maior número de contribuintes (leia-se, menor sonegação). De outra forma e para uma primeira avaliação, a proposta apresentada reforça a percepção de "aluno nota 5" do Brasil, que apesar não ser referência de boas práticas, ainda assim passa (raspando) de ano.

Gabriel Leal de Barros é economista-chefe da Ryo

Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Reforma tributária classifica o Brasil como "aluno nota 5"

VALOR ECONÔMICO - SP

Reforma tributária classifica o Brasil como "aluno nota 5"

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/reforma-tributaria-classifica-o-brasil-como-aluno-nota-5.ghtml>

Tributação das offshores surpreende pela demora - CÉSAR FELÍCIO

CÉSAR FELÍCIO

Por César Felício

Passou pelas redações da "Gazeta Mercantil", "Jornal do Brasil" e "O Estado de S.Paulo". Cobriu a presidência da República e o Senado. Está no Valor desde 2000

27/10/2023 05h00 Atualizado há uma hora

A aprovação do projeto de taxação das empresas offshore na noite de quarta-feira na Câmara deu vazão a narrativas duvidosas sobre esse refúgio patrimonial acessível a poucos afortunados. Essas empresas não irão acabar porque o rendimento de seus cotistas passará a ser taxado anualmente, e não apenas na retirada. Pelo menos não enquanto o modelo da taxação for o proposto, de 15%, equivalente a um investimento dentro do Brasil. As vantagens do mecanismo para quem tem bolso para usá-lo não desaparecem com o tributo.

Especialistas na constituição de offshore destacam que esse mecanismo não é usado apenas para se pagar menos imposto do que se pagaria no Brasil. Muito menos pode ser vista como sinônimo de dinheiro sujo, duto de propinas ou coisas do gênero, embora isso exista também.

Offshores são bastante buscadas como um instrumento sucessório, talvez mais do que pelo ganho tributário que proporcionam. Estruturar offshore procurando esse tipo de vantagem continuará sendo atrativo, aposta por exemplo o contador Silvinei Toffanin, da Direto Group, empresa há 26 anos no ramo. Sobretudo se o imposto de herança no Brasil subir em uma nova fase da **reforma tributária**. Hoje tributa de 4% a 8%. Offshores também se tornaram mandatórias para grandes empresas de capital aberto que necessitam abrir subsidiárias. Planejamento tributário é uma vantagem comparativa essencial.

É fato que o investimento brasileiro direto no exterior em países que costumam abrigar offshores tem aumentado. Durante o governo Dilma Rousseff, por exemplo, a participação brasileira no capital de empresas das Ilhas Virgens Britânicas passou de US\$ 16 bilhões em 2011 para US\$ 40 bilhões em 2016, segundo dados do Banco Central. Quando Bolsonaro

assumiu em 2019 já eram US\$ 57 bilhões. Três anos depois somavam US\$ 68,8 bilhões. Nas Ilhas Cayman o montante passou de US\$ 32 bilhões para US\$ 68,6 bilhões em 11 anos. Nas Bahamas de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 59,8 bilhões.

Todos estes exemplos são conhecidos como paraísos fiscais, mas oferecem também outros tipos de calmária. O nível de turbulência econômica e política que o Brasil atravessou entre 2011 e 2022 foi importante. Parte dessa evolução está mais relacionada com o aperfeiçoamento das leis contra lavagem de dinheiro do que propriamente com aumento de envio de dinheiro para o exterior. São valores que subiram à superfície.

A blindagem é para muitos poucos e a quantidade de declarantes definitivamente não avança na mesma proporção que o volume de dinheiro envolvido. Não há uma avalanche de pessoas abrindo empresas no exterior, o que houve foi um uso mais intenso desse mecanismo. O total de pessoas físicas declarantes de investimento no exterior passou de 19 mil para 21,8 mil entre 2011 e 2022. E o de pessoas jurídicas saiu de 2,8 mil para 3,8 mil.

É de certo modo espantoso que a taxação do rendimento de empresas offshore tenha demorado tanto tempo para ser proposta. O surgimento dessa situação, contudo, está longe de ser uma anomalia, como lembra o advogado tributarista Fernando Zilveti. O diferimento de tributo para quem abre uma offshore surgiu em um contexto em que havia uma preocupação mundial em criar estímulos para que valores mantidos no exterior passassem a ser declarados. Na Argentina há um nome preciso para isso, de tradução difícil para o português: "blanqueo".

É difícil se retirar uma vantagem quando ela deixa de fazer sentido e a prova maior que esse diferimento não se justificava mais está na aprovação de um projeto de lei com quórum de maioria constitucional. Pesou no clima consensual do Congresso a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de finalmente entregar a presidência da Caixa ao Centrão, mas o custo político de se defender esse privilégio iria subir muito.

Rio Grande do Sul

Se depender de Paula Mascarenhas, nova presidente do PSDB gaúcho, aliada de primeira hora do governador tucano Eduardo Leite, presidente nacional da sigla, o partido dá um cavalo de pau na sua trajetória à direita dos últimos anos. "Nunca simpatizei com o antipetismo", afirmou a prefeita de Pelotas. "O PSDB foi se transformando em algo que não era", afirmou.

A sigla que disputou a presidência do Brasil de forma competitiva de 1994 a 2014 enfrenta hoje uma ameaça existencial. O encolhimento nas urnas no ano passado, quando elegeu apenas 13 deputados federais, deixou o partido com um fundo partidário e eleitoral incompatível com os 522 prefeitos que elegeu há três anos. Em São Paulo, outrora o Estado em que tinha maior estrutura, a base municipal está sendo eviscerada pelo Republicanos do governador Tarcísio de Freitas, o PL bolsonarista e o PSD do polivalente Gilberto Kassab.

Para a prefeita de Pelotas, o Rio Grande do Sul representa uma chance de o partido sobreviver em outras bases. Um sinal disso está na própria composição do diretório estadual, de uma diversidade rara no Brasil: há 53 mulheres e 52 homens como integrantes. O PSDB gaúcho é pequeno mesmo em termos locais, com 33 prefeituras, ou menos de 10% do total do Estado. Mas dos cinco maiores colégios eleitorais, governa três: Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria. Em Porto Alegre, a aposta é a deputada estadual Nadine Anflor, que comandou a Polícia Civil de Leite. O atual prefeito da capital gaúcha, Sebastião Melo (MDB), tende a ter o apoio dos partidos mais identificados com o bolsonarismo.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras

E-mail: cesar.felicio@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Tributação das offshores surpreende pela demora

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/tributacao-das-offshores-surpreende-pela-demora.ghtml>

Miriam Leitão: "Governo precisa negociar com firmeza para não ter reforma tributária com mais exceções do que regras"

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/10/27/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-07.26.19-07.32.46-1698411364.mp3](#)

Sem o RRF, débito adicional é inferior à renúncia fiscal



DEBATE SOBRE A DÍVIDA BILIONÁRIA DE MINAS GERAIS REUNIU PARLAMENTARES E REPRESENTANTES DO GOVERNO ESTADUAL

ALESSANDRA MELLO

O valor que o estado terá que pagar a mais, no ano que vem, caso não seja aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o projeto de lei de refinanciamento da dívida do estado com a União, conhecido como Regime de Recuperação Fiscal (RRF), é menor do que as renúncias fiscais previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, ainda em tramitação no Legislativo. Os números foram divulgados durante o seminário sobre o endividamento de Minas Gerais realizado pela ALMG, realizado ontem e hoje, com debates sobre a origem, a evolução e os impactos da dívida nas políticas públicas. Hoje, será promovido um painel sobre alternativas à adesão ao RRF.

O superintendente Central de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Túlio de Souza Gonzaga, informou que, se o RRF não for aprovado, o governo terá que pagar R\$ 14 bilhões a mais a partir de 2024. Na LOA do ano que vem, está prevista renúncia fiscal (incentivo ou isenção fiscal concedido pelo governo) de **impostos** concedida pelo governo de R\$ 18 bilhões, 21% a mais que o previsto no orçamento deste ano. No plano de recuperação fiscal, a redução das renúncias de receita é de R\$ 3,3 bilhões.

Durante o seminário, também foi questionado o valor que o estado terá que pagar de juros e correção da dívida durante o governo Zema, se RRF for aprovado para valer por nove anos, e a herança que será deixada para as futuras administrações, pois a maior parte ficará para as futuras gestões. Segundo dados da Seplag, Zema começará pagando R\$ 4,6 bilhões em 2024 e chegará a R\$ 8,02 bilhões no último ano de

sua gestão.

Já o futuro governador começará 2027 tendo que pagar R\$ 9,8 bilhões em seu primeiro ano de mandato e R\$ 14,8 bilhões de juros no último. Ao final da renegociação, em 2033, os juros e a correção anual estarão na casa de R\$ 18,5 bilhões e o valor estimado da dívida de R\$ 210 bilhões. O débito atual é estimado em R\$ 164 bilhões.

"O governo Zema é o não político mais político, pois ele fez um plano em que ele fica bem, termina o mandato bem e quem vai pagar a conta dessa recuperação fiscal será o próximo governo depois dele, porque as maiores parcelas do pagamento ficarão para depois do seu governo", afirma a deputada Beatriz Cerqueira, que presidiu o debate ontem. Ela também questionou as renúncias fiscais previstas para o orçamento do ano que vem, sob alegação de quem deve tanto não deveria dar tanta isenção de imposto, e lembrou que recentemente foram aprovados projetos de leis de autoria do governador concedendo isenção fiscal para as locadoras de veículos e aumentando o ICMS de produtos considerados supérfluos para a população, entre eles telefone celular. A deputada também cobrou do governador o envio para o Legislativo de um plano de redução das renúncias fiscais. "ele mantém os privilégios para seu grupo político econômico, mantém condições para continuar mentindo para a população que Minas está nos trilhos e o próximo governador é quem vai pagar a conta desse regime de recuperação", afirmou a deputada, que promete obstrução na votação do RRF no Legislativo.

"Tudo calculado"

O deputado Lucas Lasmar (Rede), autor do requerimento para a realização do debate, também criticou as isenções fiscais e as parcelas maiores da dívida que ficarão para os próximos governos. "Ver o governo aumentar ainda mais os incentivos fiscais em mais de 20% para o ano que vem, mostra que foi tudo calculado, o aumento de salário do governador, as isenções fiscais que foram aprovadas para que depois ele enviasse o regime de recuperação fiscal, então a gente vê que o governo quer somente protelar o não pagamento da dívida, pois ele sabe que quem vai pagar é próximo governador, então a gente tem que achar outro caminho, que não é técnico, mas político",

defendeu. Ninguém da base governista participou do debate. Procurado pela reportagem, o governo não quis comentar os números apresentados e o aumento da renúncia fiscal.

O governo Romeu Zema tenta aprovar até 20 de dezembro o projeto de lei que autoriza o estado a aderir ao RRF para tentar negociar o refinanciamento da dívida de Minas hoje calculada em R\$ 164 bilhões, mas deve enfrentar resistência da oposição e de parte de sua base de governo, principalmente dos parlamentares ligados à segurança pública, que se opõem ao congelamento de aumentos salariais durante quase uma década. O governo garante que durante esse período serão concedidos dois reajustes salariais, que não são considerados aumentos pelo funcionalismo, pois somente irão repor as perdas financeiras causadas pela inflação nesse período.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/10/2023/p1>

164

**BILHÕES É O
VALOR DA
DÍVIDA DE
MINAS GERAIS
COM A UNIÃO**



PIB dos EUA cresce 4,9% no 3º tri, a maior alta desde 2021



Mais compras. Com inflação perdendo força, mais contratações e ganhos salariais no país, famílias ampliam gastos

O Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Estados Unidos avançou 4,9% no terceiro trimestre na taxa anualizada, segundo dados divulgados ontem. O avanço é o maior desde 2021 e veio acima das expectativas. Analistas de mercado estimavam expansão de 4,7%.

O motor do crescimento da economia americana foi o consumo das famílias, que subiu 4%, também o maior patamar em dois anos. Com a **inflação** cedendo - embora acima da meta - e a resiliência do mercado de trabalho, os gastos têm crescido, mesmo com juros maiores.

Consumo do governo e investimento no setor imobiliário também ajudaram no bom desempenho do período.

Com isso, a atividade econômica dos EUA avançou mais que o dobro do segundo trimestre, quando houve alta de 2,1% do **PIB**.

GASTO COM SERVIÇOS Mesmo com o resultado robusto da economia americana, a maior parte dos economistas avalia que o Federal Reserve (Fed, o banco central do país) não deve elevar a taxa de juros na semana que vem. E que as chances de uma eventual recessão estão descartadas por ora.

A expectativa é que os juros sejam mantidos entre 5,25% e 5,5%, o maior nível desde 2021. No Brasil, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC) também se reunirá na próxima semana para decidir sobre a taxa básica de juros, a Selic, e está atento aos movimentos do Fed. Aqui, os juros estão em trajetória de queda, com a taxa atualmente em 12,75% ao ano.

- Crescimento forte não leva necessariamente a uma alta na taxa de juros na semana que vem, mas significa que o Fed vai indicar que ainda contempla taxas mais elevadas.

Não dá para declarar que o aperto acabou com esse crescimento forte e **inflação** ainda acima da meta - disse Chris Low, economista-chefe da FHN Financial.

Os juros mais altos fizeram o investimento das empresas cair pela primeira vez em dois anos. Já os investimentos no setor imobiliário cresceram.

Os juros também vêm levando a **inflação** a cair. O índice de preços de gastos com consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês) aumentou 2,9% no terceiro trimestre, em comparação com um aumento de 2,5% no trimestre anterior.

Mas o avanço das contratações e dos ganhos salariais dos trabalhadores têm mantido o consumo das famílias americanas em alta. O gasto com serviços, por exemplo, teve o maior aumento em quase dois anos.

Para o quarto trimestre, a previsão é que a economia desacelere, com a greve das montadoras no país e um possível acirramento do conflito no Oriente Médio, entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>